

6ª Alteração do PLANO COOPERATIVO DE PREVIDÊNCIA MAIS FUTURO

CNPB nº 2012.0018-74 – Modelo Certificado nº 2022.01



DE	PARA	JUSTIFICATIVA
	Texto ajustado ao Modelo Certificado pela PREVIC nº 2022.01	
CAPÍTULO I DO OBJETO		
Art. 1º Este Regulamento estabelece os direitos e as obrigações dos Instituidores, dos Participantes, dos Beneficiários e do FUNDO <u>PARANÁ DE PREVIDÊNCIA MULTIPATROCINADA</u> , abreviadamente denominado FUNDO PARANÁ, em relação ao PLANO COOPERATIVO DE PREVIDÊNCIA MAIS FUTURO, doravante denominado PLANO MAIS FUTURO.	Art. 1º Este Regulamento estabelece os direitos e as obrigações dos Instituidores, dos Participantes, dos Beneficiários e do FUNDO DE PREVIDÊNCIA MAIS FUTURO , abreviadamente denominado FUNDO MAIS FUTURO , em relação ao PLANO COOPERATIVO DE PREVIDÊNCIA MAIS FUTURO, doravante denominado PLANO .	Alteração da Razão Social da Entidade Texto ajustado ao modelo certificado
§ 1º. O PLANO MAIS FUTURO será instituído na modalidade de contribuição definida <u>pela Associação dos Participantes do Fundo Paraná - ASFUNPAR, na qualidade de Instituidora principal, e demais pessoas jurídicas que mantenham vínculo com a ASFUNPAR e que venham a celebrar Convênio de Adesão a este Plano, nas condições estabelecidas pelo Conselho Deliberativo e aprovados pelo órgão competente.</u>	§ 1º. O PLANO será instituído na modalidade de contribuição definida para Concessão de Renda aos associados e membros dos Instituidores e integrantes de seus associados pessoas jurídicas que venham a celebrar Convênio de Adesão a este Plano, nas condições estabelecidas pelo Conselho Deliberativo e aprovados pelo órgão competente.	Parágrafo alterado com objetivo de dar maior clareza ao texto e contemplar demais Instituidores Texto ajustado ao modelo certificado

6ª Alteração do PLANO COOPERATIVO DE PREVIDÊNCIA MAIS FUTURO

CNPB nº 2012.0018-74 – Modelo Certificado nº 2022.01



§ 2º. Este Regulamento e o Estatuto do FUNDO PARANÁ, em conjunto, constituem-se no instrumento válido para reger, definir e delimitar a referida matéria, desde que observada a legislação pertinente.	§ 2º. Este Regulamento e o Estatuto do FUNDO MAIS FUTURO, em conjunto, constituem-se no instrumento válido para reger, definir e delimitar a referida matéria, desde que observada a legislação pertinente.	Alteração da Razão Social da Entidade
§ 3º. A inscrição do Participante e seus Beneficiários neste Plano e a manutenção dessa qualidade são pressupostos indispensáveis para a percepção de qualquer benefício previsto neste Regulamento.	§ 3º. A inscrição do Participante e seus Beneficiários neste PLANO e a manutenção dessa qualidade são pressupostos indispensáveis para a percepção de qualquer benefício previsto neste Regulamento.	Texto ajustado ao modelo certificado
CAPÍTULO II		
DAS DEFINIÇÕES		
Art. 2º. Para efeito deste Regulamento entende-se por:		
I. Assistido: Participante que se encontra em gozo de benefício garantido por este Plano;	I. Assistido: Participante que se encontra em gozo de benefício garantido por este PLANO;	Texto ajustado ao modelo certificado
II. Associado: pessoa que mantém vínculo <u>associativo</u> com o Instituidor que realizou Convênio de Adesão ao PLANO MAIS FUTURO;	II. Associado: pessoa que mantém vínculo com o Instituidor que realizou Convênio de Adesão ao PLANO;	Melhoria de texto para maior abrangência quanto a qualificação dos membros ligados diretamente ou indiretamente ao Instituidor Texto ajustado ao modelo certificado
III. Beneficiário: todo Beneficiário Indicado ou Legal do Participante para receber ou em gozo de benefício, previsto neste Regulamento, em decorrência do seu falecimento;	III. Beneficiário Indicado: pessoa designada pelo Participante ou Assistido, inscrito no PLANO de Benefícios, nos termos do Regulamento, para fins de recebimento de benefício;	Melhoria de entendimento quanto a qualificação dos beneficiários Texto ajustado ao modelo certificado

6ª Alteração do PLANO COOPERATIVO DE PREVIDÊNCIA MAIS FUTURO

CNPB nº 2012.0018-74 – Modelo Certificado nº 2022.01



<p>IV. Beneficiário Legal: pessoa física reconhecida pela Previdência Social <u>Oficial</u> como dependente do Participante ou do Assistido que, na ausência do Beneficiário Indicado, estará apta legalmente ao recebimento de benefício decorrente do falecimento do Participante;</p>	<p>IV. Beneficiário Legal: pessoa física reconhecida pela Previdência Social como dependente do Participante ou do Assistido que, na ausência do Beneficiário Indicado, estará apta legalmente ao recebimento de benefício decorrente do falecimento do Participante;</p>	<p>Melhoria de texto com a exclusão do termo “Oficial” Texto ajustado ao modelo certificado</p>
<p>V. Benefício Programado: concedido em função das contribuições acumuladas, <u>quando completada a idade de 55 (cinquenta e cinco) anos;</u></p>	<p>V. Benefício de Renda Mensal: concedido ao Participante ou aos Beneficiários, em função das contribuições acumuladas, desde que o participante conte com no mínimo 18 (dezoito) anos de idade, ou de forma antecipada, por invalidez ou por morte;</p>	<p>Termo alterado com nova denominação e unificação dos benefícios Programado por idade, por Invalidez e por Morte simplificando em relação ao limite de idade para recebimento de benefício Texto ajustado ao modelo certificado</p>
<p>VI. Benefício Proporcional Diferido (BPD): Instituto que faculta ao Participante, em razão da cessação do vínculo <u>associativo</u> com o Instituidor, optar por receber, em tempo futuro, o Benefício Diferido;</p>	<p>VI. Benefício Proporcional Diferido (BPD): Instituto que faculta ao Participante, em razão da cessação do vínculo com o Instituidor, optar por receber, em tempo futuro, o Benefício Diferido;</p>	<p>Melhoria de texto para maior abrangência quanto a qualificação dos membros ligados diretamente ou indiretamente ao Instituidor Texto ajustado ao modelo certificado</p>
<p>VII. Contribuição Adicional: contribuição, mensal ou eventual, de caráter voluntário, efetuada a qualquer tempo pelo Participante ou Pessoa Jurídica Vinculada;</p>		
<p>VIII. Contribuição de Risco: contribuição obrigatória mensal realizada pelo Participante que “optou” pelo Seguro de Risco conveniado junto a uma Sociedade Seguradora;</p>	<p>VIII. Contribuição de Risco: contribuição obrigatória mensal realizada pelo Participante que “optou” pelo Seguro de Renda contratado junto a uma Sociedade Seguradora;</p>	<p>Alteração da expressão “Seguro de Risco” para “Seguro de Renda” e melhoria do texto Texto ajustado ao modelo certificado</p>

6ª Alteração do PLANO COOPERATIVO DE PREVIDÊNCIA MAIS FUTURO

CNPB nº 2012.0018-74 – Modelo Certificado nº 2022.01



IX. Contribuição Normal: contribuição mensal realizada pelo Participante ou Pessoa Jurídica Vinculada;		
X. Cota Patrimonial: Fração do patrimônio de cobertura do PLANO MAIS FUTURO, cujo valor em outubro de 2012 equivale a 01 (uma) unidade monetária, equivalente a R\$ 1,00 (um real), atualizada <u>mensalmente</u> pela rentabilidade do respectivo patrimônio, de acordo com cada perfil de investimento.	X.Cota Patrimonial: Fração do patrimônio de cobertura do PLANO , cujo valor em 31 de outubro de 2012 equivale a 01 (uma) unidade monetária, equivalente a R\$ 1,00 (um real), atualizada pela rentabilidade do respectivo patrimônio, de acordo com cada perfil de investimento.	Alteração do texto com exclusão do termo “mensalmente” visando a breve implantação da cota diária, indicando a data da primeira cotização Texto ajustado ao modelo certificado
XI. Custeio Administrativo: contribuições dos participantes ativos, suspensos, vinculados, assistidos e, eventualmente contribuição de Pessoa Jurídica Vinculada, conforme definido em contrato específico, e ainda valores oriundos do resultado de investimentos, destinados a dar cobertura às despesas administrativas do PLANO MAIS FUTURO;	XI.Custeio Administrativo: contribuições dos Participantes Ativos, Suspensos, Vinculados, Assistidos e , eventualmente contribuição de Pessoa Jurídica Vinculada, conforme definido em contrato específico, e ainda valores oriundos do resultado de investimentos, destinados a dar cobertura às despesas administrativas do PLANO ;	Melhoria do texto – membros do Plano com alteração letras maiúsculas Texto ajustado ao modelo certificado
XII. Data de inscrição: data em que o associado ou membro do Instituidor adquire a condição de Participante do Plano;	XII.Data de inscrição: data em que o associado ou membro do Instituidor adquire a condição de Participante do PLANO ;	Texto ajustado ao modelo certificado
XIII. Elegibilidade: condição exigida para que o Participante e/ou seus Beneficiários exerçam o direito a um dos Institutos ou benefícios previstos neste Regulamento;		

6ª Alteração do PLANO COOPERATIVO DE PREVIDÊNCIA MAIS FUTURO

CNPB nº 2012.0018-74 – Modelo Certificado nº 2022.01



XIV.	Fator de Renda: fator utilizado para transformar o Saldo de Conta do Participante em renda mensal, de acordo com prazo e taxa de juros do Plano;	XIV.Fator de Renda: fator utilizado para transformar o Saldo de Conta do Participante em renda mensal, de acordo com prazo e taxa de juros do PLANO ;	Texto ajustado ao modelo certificado
XV.	Herdeiro: pessoa ou grupo de pessoas legalmente habilitadas para recebimento de recursos financeiros do Participante falecido;	XV.Herdeiro Legal : pessoa ou grupo de pessoas legalmente habilitadas para recebimento de recursos financeiros do Participante falecido;	Inclusão do termo “Legal” para melhor entendimento Texto ajustado ao modelo certificado
XVI.	Instituidor: pessoa jurídica de caráter profissional, classista ou setorial que institui Plano de Benefícios para seus Associados ou Membros;	XVI.Instituidor: pessoa jurídica de caráter profissional, classista ou setorial que institui Plano de Benefícios para seus Associados ou Membros;	Texto ajustado ao modelo certificado
XVII.	Membros: pessoa jurídica que realizou Convênio de Adesão ao PLANO MAIS FUTURO, Participantes, Assistidos e Beneficiários do PLANO MAIS FUTURO;	XVII.Membros: pessoa jurídica que realizou Convênio de Adesão ao PLANO , Participantes, Assistidos e Beneficiários do PLANO ;	Texto ajustado ao modelo certificado
VIII.	Participante: pessoa física, associada do Instituidor, que aderir ao PLANO MAIS FUTURO;	VIII.Participante: pessoa física, associada ou vinculada aos Instituidores , que aderir ao PLANO ;	Inciso alterado a fim de abranger também outras pessoas vinculadas, tais como os colaboradores de Instituidores Texto ajustado ao modelo certificado
XIX.	Participante Ativo: Participante que esteja contribuindo para o Plano e que não esteja em gozo de benefício;	XIX.Participante Ativo: Participante que esteja contribuindo para o Plano e que não esteja em gozo de benefício;	Texto ajustado ao modelo certificado
		XX.Participante Autopatrocinado: Participante que perde o vínculo com o Instituidor e opta por manter as contribuições ao PLANO;	Inciso inserido a fim de prever o Instituto do Autopatrocinio, por exigência legal Texto ajustado ao modelo certificado

6ª Alteração do PLANO COOPERATIVO DE PREVIDÊNCIA MAIS FUTURO

CNPB nº 2012.0018-74 – Modelo Certificado nº 2022.01



	XXI. Participante Desligado com Saldo: Participante que tenha realizado o resgate total e ainda possua saldo remanescente de contribuições em cumprimento de carência;	Inciso inserido a fim de classificar e organizar operacionalmente os saldos remanescentes de participantes que resgataram e ainda estão com saldo remanescente com carência legal Participante Ativo: Participante que esteja contribuindo para o Plano e que não esteja em gozo de benefício; Texto ajustado ao modelo certificado
XX. Participante Suspenso: Participante <u>Ativo</u> que suspender ou deixar de recolher temporariamente as contribuições para este Plano;	XXII. Participante Suspenso: Participante que suspender ou deixar de recolher temporariamente as contribuições para este PLANO;	Melhoria para adequar a outras situações além de participante ativo Renumerado Texto ajustado ao modelo certificado
XXI. Participante Vinculado: Participante <u>Ativo</u> que optar pelo Instituto do Benefício Proporcional Diferido, após a cessação do vínculo com o Instituidor;	XXIII. Participante Vinculado: Participante que optar pelo Instituto do Benefício Proporcional Diferido, após a cessação do vínculo com o Instituidor;	Melhoria para adequar a outras situações além de participante ativo Renumerado Texto ajustado ao modelo certificado
XXII. Perfis de Investimentos: é a forma de aplicação financeira do Saldo de Conta do participante, conforme sua opção, considerando as possibilidades de investimentos definidas anualmente na política de investimentos.	XXIV	Renumerado

6ª Alteração do PLANO COOPERATIVO DE PREVIDÊNCIA MAIS FUTURO

CNPB nº 2012.0018-74 – Modelo Certificado nº 2022.01

XIII.	Pessoa Jurídica Vinculada: o Empregador, o Instituidor ou Pessoa Jurídica diretamente vinculada ao participante que efetuar contribuições previdenciárias, relativamente a seus empregados, membros ou associados, ou contribuições para o custeio administrativo, conforme o caso, condicionadas à prévia celebração de instrumento contratual específico;	XXV	Renumerado
XIV.	Plano de Benefícios: conjunto de regras definidoras da constituição, financiamento, concessão e manutenção de benefícios de caráter previdenciário, destinados à totalidade dos Participantes e Assistidos inscritos;	XXVI	Renumerado
XV.	Portabilidade: Instituto que faculta ao Participante nos termos da legislação aplicável, portar os recursos financeiros correspondentes ao seu Saldo de Conta, para outro Plano de Previdência Complementar;	XXVII	Renumerado
XVI.	Regulamento: documento que estabelece as disposições do PLANO MAIS FUTURO, disciplinando as condições de ingresso e saída de Participante, elenco de benefícios a serem oferecidos, com suas respectivas condições de custeio e elegibilidade, e forma de pagamento;	XXVIII. Regulamento: documento que estabelece as disposições do PLANO , disciplinando as condições de ingresso e saída de Participante, elenco de benefícios a serem oferecidos, com suas respectivas condições de custeio e elegibilidade, e forma de pagamento;	Renumerado Texto ajustado ao modelo certificado

6ª Alteração do PLANO COOPERATIVO DE PREVIDÊNCIA MAIS FUTURO

CNPB nº 2012.0018-74 – Modelo Certificado nº 2022.01



<p>VII. Renda Mensal em Percentual: valor pago mensalmente aos Participantes ou Beneficiários, calculado na data da concessão, com base no Saldo de Conta do Participante e a taxa percentual desta opção de renda, com reajuste anual pelo INPC;</p>	<p>XXIX. Renda Mensal em Percentual: valor pago mensalmente aos Participantes ou Beneficiários, calculado na data da concessão, com base no Saldo de Conta do Participante e na taxa percentual desta opção de renda, com reajuste mensal pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, pago até a extinção do Saldo de Conta;</p>	<p>Renumerado Alteração para melhor entendimento do modelo CD Alteração da periodicidade de reajuste do benefício de anual para mensal Texto ajustado ao modelo certificado</p>
<p>VIII. Renda Mensal por Prazo Certo: valor pago mensalmente aos Participantes ou Beneficiários, calculado anualmente com base no Saldo de Conta, taxa de juros aplicada ao Plano e no prazo de recebimento escolhido pelo Participante ou Beneficiário;</p>	<p>XXX. Renda Mensal por Prazo Certo: valor pago mensalmente aos Participantes ou Beneficiários, recalculado mensalmente com base no Saldo de Conta, taxa de juros aplicada ao PLANO e no prazo de recebimento escolhido pelo Participante ou Beneficiário;</p>	<p>Renumerado Alteração da periodicidade de reajuste do benefício de anual para mensal Texto ajustado ao modelo certificado</p>
	<p>XXXI. Renda Mensal de Valor Escolhido: valor escolhido pelo Participante ou Beneficiário, por um prazo mínimo de 60 meses, pago mensalmente até a extinção do saldo de conta, com reajuste mensal pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC;</p>	<p>Inserção de nova forma de pagamento de benefício a fim de flexibilizar a modelagem do Plano de acordo com a vontade do participante Texto ajustado ao modelo certificado</p>
<p>XIX. Resgate: Instituto que faculta ao Participante o resgate do seu saldo de conta, a ser exercido de forma parcial durante a fase contributiva ou total pelo seu desligamento do PLANO MAIS FUTURO;</p>	<p>XXXII. Resgate: Instituto que faculta ao Participante o resgate do seu saldo de conta, a ser exercido de forma parcial durante a fase contributiva ou total pelo seu desligamento do PLANO, observado os critérios para resgate de contribuições de Pessoa Jurídica Vinculada.</p>	<p>Melhoria do texto Texto ajustado ao modelo certificado</p>

6ª Alteração do PLANO COOPERATIVO DE PREVIDÊNCIA MAIS FUTURO

CNPB nº 2012.0018-74 – Modelo Certificado nº 2022.01



XX.	Saldo de Conta: conta formada por contribuições do Participante Ativo e Pessoa Jurídica Vinculada, quando for o caso, de eventuais transferências, acrescidas dos rendimentos financeiros líquidos, decorrentes das aplicações dos recursos, destinado ao pagamento dos benefícios previstos neste Regulamento;	XXXIII. Saldo de Conta: conta formada por contribuições do Participante e Assistido, ou Pessoa Jurídica Vinculada, quando for o caso, de eventuais transferências, acrescidas dos rendimentos financeiros líquidos, decorrentes das aplicações dos recursos, destinado ao pagamento dos benefícios previstos neste Regulamento;	Texto alterado como melhoria e ajuste devido a possibilidade de Assistido contribuir para aumento de sua renda mensal Renumerado Texto ajustado ao modelo certificado
XXI.	Seguro de Risco: valor opcional destinado a compor o Saldo de Conta para cobertura por morte ou invalidez de Participante <u>Ativo</u> , facultativamente e individualmente conveniado junto a uma Sociedade Seguradora;	XXXIV. Seguro de Renda : valor opcional destinado a compor o Saldo de Conta para cobertura por morte, invalidez ou sobrevivência de Participante, facultativamente e individualmente, junto a uma Sociedade Seguradora contratada ;	Alteração do texto devido a inserção do seguro por sobrevivência no Plano Alteração da expressão “Seguro de Risco” para “Seguro de Renda” e melhoria do texto Renumerado Texto ajustado ao modelo certificado
XXII.	Subconta Portabilidade: conta formada pelos valores transferidos de outros Planos de Benefícios Previdenciários, que integrarão o Saldo de Conta;	XXXV.	Renumerado
		XXXVI. Taxa de Administração: Percentual incidente sobre o montante dos recursos garantidores do PLANO de benefício;	Inciso inserido a fim de padronizar termos seguindo modelo de outros planos no sistema Texto ajustado ao modelo certificado
		XXXVII. Taxa de Carregamento: Percentual incidente sobre o valor das contribuições aportadas ao Plano e, se for o caso, sobre o valor dos benefícios líquidos de prestação continuada pagos pelo Plano;	Inciso inserido a fim de padronizar termos seguindo modelo de outros planos no sistema Texto ajustado ao modelo certificado
XIII.	Taxa de Juros do Plano: expectativa de rentabilidade anual dos investimentos;	XXXVIII. Taxa de Juros: expectativa de rentabilidade anual dos investimentos do PLANO;	Melhoria de texto Texto ajustado ao modelo certificado

6ª Alteração do PLANO COOPERATIVO DE PREVIDÊNCIA MAIS FUTURO

CNPB nº 2012.0018-74 – Modelo Certificado nº 2022.01

XIV. Termo de Opção: documento pelo qual o Participante optará por um dos Institutos previstos no PLANO MAIS FUTURO (Resgate, Portabilidade ou Benefício Proporcional Diferido) em caso de cessação do vínculo com o Instituidor;	XXXIX. Termo de Opção: documento pelo qual o Participante optará por um dos Institutos previstos no PLANO (Resgate, Portabilidade ou Benefício Proporcional Diferido) em caso de cessação do vínculo com o Instituidor;	Renumerado Texto ajustado ao modelo certificado
XV. Unidade Previdenciária (UP): Unidade Monetária estabelecida pelo Plano para definir o valor da renda mensal mínima ou o pagamento à vista do Saldo de Conta, e ainda servirá de parâmetro para contribuição mínima.	XL. Unidade Previdenciária (UP): Unidade Monetária estabelecida pelo PLANO para definir o valor da renda mensal mínima ou o pagamento à vista do Saldo de Conta, e ainda servirá de parâmetro para contribuição mínima	Renumerado Texto ajustado ao modelo certificado
CAPÍTULO III		
DOS PARTICIPANTES E BENEFICIÁRIOS		
SEÇÃO I		
DA CONDIÇÃO DE INSCRIÇÃO		
Art. 3º. A inscrição do Participante no PLANO MAIS FUTURO é facultativa e será feita mediante o preenchimento de formulário próprio fornecido pelo FUNDO PARANÁ.	Art. 3º. A inscrição do Participante no PLANO é facultativa e será feita mediante o preenchimento de formulário próprio fornecido pelo FUNDO MAIS FUTURO .	Alteração da Razão Social da Entidade Texto ajustado ao modelo certificado
§ 1º. Para os efeitos deste Artigo, só poderão inscrever-se como Participantes os Associados ou Membros dos Instituidores que aderirem ao PLANO MAIS FUTURO.	§ 1º. Para os efeitos deste Artigo, só poderão inscrever-se como Participantes os Associados ou Membros dos Instituidores que aderirem ao PLANO .	Texto ajustado ao modelo certificado
§ 2º. A inscrição do Participante será concretizada no ato de aprovação da ficha de inscrição pelo FUNDO PARANÁ.	§ 2º. A inscrição do Participante será concretizada no ato da formalização da ficha de inscrição, acompanhada da documentação exigida , e aprovação pelo FUNDO MAIS FUTURO .	Alteração da Razão Social da Entidade Texto ajustado ao modelo certificado

6ª Alteração do PLANO COOPERATIVO DE PREVIDÊNCIA MAIS FUTURO

CNPB nº 2012.0018-74 – Modelo Certificado nº 2022.01



§ 3º. A inscrição como Participante no Plano é condição essencial para obtenção de qualquer benefício nele previsto.	§ 3º. A inscrição como Participante no PLANO é condição essencial para obtenção de qualquer benefício nele previsto.	Texto ajustado ao modelo certificado
§ 4º. No ato da inscrição, o Participante deverá preencher os formulários nos quais indicará os seus respectivos Beneficiários e suas respectivas proporções percentuais de direito de benefício, e autorizará a cobrança de contribuições de que trata este Regulamento, mediante débito em conta corrente, boleto bancário ou desconto em folha de pagamento, mediante contrato específico com a Pessoa Jurídica Vinculada.	Excluído	Excluído devido o teor já estar previsto no artigo 4º Texto ajustado ao modelo certificado
	§4º Não será admitida a acumulação de inscrições ativas concomitantes de um mesmo Participante no PLANO, exceto se na qualidade de Participante e Beneficiário.	Parágrafo inserido a fim de se evitar conflitos no tratamento de CPFs por plano, tendo em vista as obrigações de informações à RFB. Texto ajustado ao modelo certificado
Art. 4º. Será considerado inscrito como Beneficiário Indicado, aquele formalmente indicado pelo Participante no ato de seu pedido de inscrição ou a qualquer tempo.		
§ 1º. Na inexistência desta indicação, serão considerados os Beneficiários Legais, prioritariamente aqueles reconhecidos pela Previdência Social <u>Oficial</u> , da mesma forma, ou <u>outra</u> por decisão judicial.	§ 1º. Na inexistência desta indicação, serão considerados os Beneficiários Legais, prioritariamente aqueles reconhecidos pela Previdência Social, da mesma forma, ou por decisão judicial.	Melhoria de texto Texto ajustado ao modelo certificado

6ª Alteração do PLANO COOPERATIVO DE PREVIDÊNCIA MAIS FUTURO

CNPB nº 2012.0018-74 – Modelo Certificado nº 2022.01

§ 2º. Inexistindo Beneficiário Indicado ou Legal, o valor correspondente acumulado pelo Participante, conforme estabelecido neste Regulamento será pago ao Herdeiro Legal do Participante conforme decisão judicial.	§ 2º. Inexistindo Beneficiário Indicado ou Legal, o valor correspondente acumulado pelo Participante, conforme estabelecido neste Regulamento será pago aos Herdeiros Legais do Participante conforme inventário judicial ou extrajudicial.	Melhoria de Texto Texto ajustado ao modelo certificado
§ 3º. O Participante poderá, a qualquer tempo, indicar mediante comunicação feita por escrito, a proporção percentual do Saldo de Conta para pagamento do benefício aos Beneficiários Indicados.	§ 3º. O Participante poderá, a qualquer tempo, indicar mediante formalização , a proporção percentual do Saldo de Conta para pagamento do benefício aos Beneficiários Indicados.	Alteração objetivando permitir a operacionalização por meios digitais Texto ajustado ao modelo certificado
SEÇÃO II		
DO CANCELAMENTO DE INSCRIÇÃO DO PARTICIPANTE		
Art. 5º. Perderá a condição de Participante aquele que:		
I. Requerer o cancelamento;		
II. Falecer;		
III. Tiver recebido integralmente os valores dos benefícios previstos neste Plano;	III. Tiver recebido integralmente os valores dos benefícios previstos neste PLANO ;	Texto ajustado ao modelo certificado
IV. Exercer a Portabilidade ou Resgate total nos termos deste Regulamento.		
§ 1º. O Participante que requerer o cancelamento da sua inscrição poderá optar pelo Instituto do Resgate ou da Portabilidade previstos neste Regulamento.		

6ª Alteração do PLANO COOPERATIVO DE PREVIDÊNCIA MAIS FUTURO

CNPB nº 2012.0018-74 – Modelo Certificado nº 2022.01

§ 2º. Cancelada a inscrição do Participante, cessará automaticamente o direito dos seus respectivos Beneficiários ao recebimento de qualquer benefício previsto neste Regulamento, salvo se o cancelamento da inscrição se der pelo falecimento do Participante.		
SEÇÃO III		
DA MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DE PARTICIPANTE		
Art. 6º. O Participante <u>Ativo</u> que deixar de ser associado ou membro do Instituidor e <u>que, na data do término do vínculo, não tenha se tornado elegível ao recebimento de qualquer benefício</u> , poderá permanecer no Plano na condição de Participante, desde que:	Art. 6º. O Participante que deixar de ser associado ou membro do Instituidor poderá permanecer como Participante no PLANO numa das seguintes condições :	Texto alterado, para simplificar as condições de manutenção de inscrição, tendo em vista que não há prejuízo ao plano nem quanto a elegibilidade ao benefício Texto ajustado ao modelo certificado
I. Mantenha suas contribuições regulares e/ou obrigatórias mensais;	I. Como Participante Ativo, desde que mantenha suas contribuições regulares e/ou obrigatórias mensais;	Melhoria do texto para qualificação do status do participante Texto ajustado ao modelo certificado
II. Opte pelo Instituto do Benefício Proporcional Diferido e <u>permaneça na qualidade</u> de Participante Vinculado, caso esteja elegível a este Instituto;	II. Como Participante Vinculado, desde que opte pelo Instituto do Benefício Proporcional Diferido, caso esteja elegível a este Instituto;	Melhoria do texto para qualificação do status do participante Texto ajustado ao modelo certificado
III. Caso opte por suspender suas contribuições e permaneça na qualidade de Participante Suspenso.	III. Como Participante Suspenso, desde que opte por suspender suas contribuições.	Melhoria do texto para qualificação do status do participante Texto ajustado ao modelo certificado

6ª Alteração do PLANO COOPERATIVO DE PREVIDÊNCIA MAIS FUTURO

CNPB nº 2012.0018-74 – Modelo Certificado nº 2022.01



	§1º. O Participante referido no caput deste artigo que, dentro do prazo estabelecido, ainda não tenha exercido uma das opções para manutenção de sua inscrição neste PLANO, manterá a condição de Participante Ativo.	Parágrafo inserido objetivando estabelecer um status ao participante durante o período estabelecido para opção por um dos institutos. Texto ajustado ao modelo certificado
	§2º. O Participante referido no caput deste artigo que tenha exercido a opção pelo Instituto de Resgate Total e esteja com exigência de carência para resgate de contribuições efetuadas por Pessoa Jurídica Vinculada, terá mantida sua inscrição neste PLANO na condição de Participante Desligado com Saldo.	Parágrafo inserido objetivando estabelecer um status ao participante que optou pelo resgate e mantém saldo de contribuições com exigência de carência. Texto ajustado ao modelo certificado
CAPÍTULO IV		
DOS INSTITUTOS		
Art. 7º. É facultada ao Participante Ativo que não estiver em gozo de nenhum benefício previsto neste Regulamento, a opção por um dos seguintes Institutos:		
I. Benefício Proporcional Diferido;		
II. Portabilidade;		
III. Resgate.	III. Resgate;	Texto ajustado ao modelo certificado
	IV. Autopatrocínio.	Texto ajustado ao modelo certificado

6ª Alteração do PLANO COOPERATIVO DE PREVIDÊNCIA MAIS FUTURO

CNPB nº 2012.0018-74 – Modelo Certificado nº 2022.01

<p>§ 1º. O Participante Ativo que tenha cessado o vínculo com o Instituidor <u>antes de ter preenchido os requisitos de elegibilidade</u>, e que não tenha optado, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar do recebimento do extrato de que trata o Artigo 26, por nenhum dos Institutos previstos neste capítulo ou pela manutenção das contribuições regulares e/ou obrigatórias mensais de que trata o Inciso I do Artigo 6º, terá presumida a sua opção pelo Benefício Proporcional Diferido, atendida as demais condições previstas neste Regulamento.</p>	<p>§ 1º. O Participante que tenha cessado o vínculo com o Instituidor e que não tenha optado, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar do recebimento do extrato de que trata o Artigo 26, por nenhum dos Institutos previstos neste capítulo ou pela manutenção das contribuições regulares e/ou obrigatórias mensais de que trata o Inciso I do Artigo 6º, terá presumida a sua opção pelo Benefício Proporcional Diferido, atendida as demais condições previstas neste Regulamento.</p>	<p>Ajuste de remissão Texto alterado, para simplificar as condições de manutenção de inscrição, tendo em vista que não há prejuízo ao plano nem quanto a elegibilidade ao benefício Texto ajustado ao modelo certificado</p>
<p>§ 2º. A opção pelo Benefício Proporcional Diferido, referida no Inciso I deste Artigo, será facultada ao Participante que não esteja elegível ao Benefício Programado, conforme previsto neste Regulamento.</p>	<p>§ 2º. A opção pelo Benefício Proporcional Diferido, referida no Inciso I deste Artigo, será facultada ao Participante que não esteja elegível ao Benefício de Renda Mensal, conforme previsto neste Regulamento.</p>	<p>Texto alterado, para simplificar as condições de manutenção de inscrição, tendo em vista que não há prejuízo ao plano nem quanto a elegibilidade ao benefício Texto ajustado ao modelo certificado</p>
<p>SEÇÃO I</p>		
<p>DO BENEFÍCIO PROPORCIONAL DIFERIDO</p>		
<p>Art. 8º. O Participante Ativo poderá optar pelo Instituto do Benefício Proporcional Diferido, hipótese em que se tornará Participante Vinculado, na ocorrência simultânea das seguintes situações:</p>		
<p>I. Tenha cessado vínculo <u>associativo</u> com o Instituidor;</p>	<p>I. Tenha cessado vínculo com o Instituidor;</p>	<p>Melhoria do texto para abrangência das pessoas ligadas diretamente ou indiretamente ao Instituidor Texto ajustado ao modelo certificado</p>

6ª Alteração do PLANO COOPERATIVO DE PREVIDÊNCIA MAIS FUTURO

CNPB nº 2012.0018-74 – Modelo Certificado nº 2022.01

II. Tenha cumprido carência de 36 (trinta e seis) meses de vinculação a este Plano;	Excluído	Proporcionar ao participante a possibilidade de o participante permanecer no Plano como BPD a qualquer tempo Texto ajustado ao modelo certificado
III. Não esteja elegível ao Benefício Programado, conforme previsto neste Regulamento.	II. Não esteja elegível ao Benefício de Renda Mensal , conforme previsto neste Regulamento.	Mudança de nomenclatura do benefício Texto ajustado ao modelo certificado
§ 1º. A opção pelo Benefício Proporcional Diferido implicará na suspensão do recolhimento das contribuições previstas no Inciso I do Artigo 53 deste Regulamento, excetuadas aquelas que eram devidas até o momento da opção.	§ 1º. A opção pelo Benefício Proporcional Diferido implicará na suspensão do recolhimento das contribuições previstas no Inciso I do Artigo 44 deste Regulamento, excetuadas aquelas que eram devidas até o momento da opção.	Ajuste de remissão Texto ajustado ao modelo certificado
§ 2º. O Participante que optar pelo Benefício Proporcional Diferido estará obrigado a contribuir mensalmente para o custeio das despesas administrativas conforme definido no Plano de Custeio Anual, cujo valor será apurado com critérios uniformes e não discriminatórios em relação aos Participantes Ativos, conforme disposto no <u>parágrafo 6º do Artigo 59</u> , descontado mensalmente do Saldo de Conta do respectivo Participante.	§ 2º. O Participante que optar pelo Benefício Proporcional Diferido estará obrigado a contribuir mensalmente para o custeio das despesas administrativas conforme definido no Plano de Custeio Anual, cujo valor será apurado com critérios uniformes e não discriminatórios em relação aos Participantes Ativos, conforme disposto no Artigo 50 , descontado mensalmente do Saldo de Conta do respectivo Participante.	Ajuste de remissão Texto ajustado ao modelo certificado
§ 3º. O valor do direito acumulado do Benefício Proporcional Diferido corresponderá ao Saldo de Conta, vigente na data da opção do Participante pelo referido Instituto.		

6ª Alteração do PLANO COOPERATIVO DE PREVIDÊNCIA MAIS FUTURO

CNPB nº 2012.0018-74 – Modelo Certificado nº 2022.01



<p>§ 4º. O Benefício Proporcional Diferido será mantido no Saldo de Conta e atualizado <u>mensalmente</u> pela rentabilidade da Cota Patrimonial, de acordo com o Perfil de Investimentos escolhido pelo Participante, prevista no Artigo 63, descontando-se eventuais resgates parciais e a despesa administrativa prevista no parágrafo 2º deste Artigo.</p>	<p>§ 4º. O valor do Benefício Proporcional Diferido será mantido no Saldo de Conta do Participante e atualizado pela rentabilidade da Cota Patrimonial, de acordo com o Perfil de Investimentos escolhido pelo Participante, prevista no Artigo 54, descontando-se eventuais resgates parciais e a despesa administrativa prevista no parágrafo 2º deste Artigo.</p>	<p>Ajuste de remissão</p> <p>Alteração do texto com exclusão do termo “mensalmente” visando a implantação da cota diária</p> <p>Texto ajustado ao modelo certificado</p>
<p>§ 5º. A opção pelo Benefício Proporcional Diferido não impede posterior escolha pelos Institutos da Portabilidade ou do Resgate total, e neste caso, os recursos financeiros a serem portados ou resgatados serão aqueles apurados no Saldo de Conta na data do requerimento, acrescido de eventuais contribuições específicas feitas para seu incremento, atualizado pela variação da Cota Patrimonial, de acordo com o Perfil de Investimentos escolhido pelo Participante.</p>		
<p>§ 6º. O Benefício Proporcional Diferido do Participante que se tornar elegível ao Benefício Programado, consistirá numa renda mensal calculada na forma escolhida pelo Participante, por uma das opções previstas no Artigo 36 deste Regulamento.</p>	<p>§ 6º. O valor do Benefício de Renda Mensal do Participante Vinculado, que optou pelo Benefício Proporcional Diferido, consistirá numa renda mensal calculada na forma escolhida pelo Participante, por uma das opções previstas no Artigo 32 deste Regulamento.</p>	<p>Texto alterado tendo em vista que foi alterado o benefício programado bem como a elegibilidade ao benefício</p> <p>Ajuste de remissão</p> <p>Texto ajustado ao modelo certificado</p>

6ª Alteração do PLANO COOPERATIVO DE PREVIDÊNCIA MAIS FUTURO

CNPB nº 2012.0018-74 – Modelo Certificado nº 2022.01

<p>§ 7º. Ao Participante que venha a se tornar inválido antes de cumprir as condições exigidas para a obtenção do Benefício Programado, será garantida uma renda mensal na forma prevista na Seção III do Capítulo VI, devendo optar por uma das formas de pagamento previstas no Artigo 38 deste Regulamento.</p>	<p>§ 7º. O Participante que venha a se tornar inválido antes de cumprir as condições exigidas para a obtenção do Benefício de Renda Mensal receberá uma renda mensal na forma prevista no Artigo 30, devendo optar por uma das formas de pagamento previstas no Artigo 32 deste Regulamento.</p>	<p>Ajuste de remissões e adequação a nova forma de renda mensal com eliminação da renda por invalidez Texto ajustado ao modelo certificado</p>
<p>§ 8º. Ao Beneficiário do Participante que venha a falecer, antes de cumprir as condições exigidas para a obtenção do benefício programado, será garantida uma renda mensal na forma prevista na Seção IV do Capítulo VI, devendo optar por uma das formas de pagamento previstas no Artigo 43 deste Regulamento.</p>	<p>§ 8º. O Beneficiário do Participante que venha a falecer, antes de cumprir as condições exigidas para a obtenção do Benefício de Renda Mensal, receberá uma renda mensal na forma prevista no Artigo 30, devendo optar por uma das formas de pagamento previstas no Artigo 32 deste Regulamento.</p>	<p>Ajuste de remissões e adequação a nova forma de renda mensal com eliminação da renda por morte Texto ajustado ao modelo certificado</p>
<p>Art. 9º. O Participante <u>Ativo</u> que tiver optado pelo Instituto do Benefício Proporcional Diferido fará jus ao Benefício Programado quando cumprida a condição de elegibilidade prevista no Artigo 34 deste Regulamento.</p>	<p>Art. 9º. O Participante que tiver optado pelo Instituto do Benefício Proporcional Diferido fará jus ao Benefício de Renda Mensal quando cumprida a condição de elegibilidade prevista no Artigo 30 deste Regulamento.</p>	<p>Ajuste de remissões e adequação a nova forma de renda mensal Texto ajustado ao modelo certificado</p>
<p>Art. 10. Será permitido ao Participante que optar pelo Instituto do Benefício Proporcional Diferido, o aporte de Contribuição Adicional para crédito no Saldo de Conta.</p>		
	<p>Parágrafo Único: caso o Participante Vinculado venha a se associar novamente a um Instituidor deste PLANO, poderá retornar à condição de Participante Ativo com a retomada de suas contribuições mensais regulares.</p>	<p>Texto inserido a fim de flexibilizar a retomada de vínculo com o Instituidor Texto ajustado ao modelo certificado</p>

6ª Alteração do PLANO COOPERATIVO DE PREVIDÊNCIA MAIS FUTURO

CNPB nº 2012.0018-74 – Modelo Certificado nº 2022.01



SEÇÃO II		
DA PORTABILIDADE		
Art. 11. O Participante <u>Ativo, Vinculado ou Suspenso</u> poderá optar pelo Instituto da Portabilidade, transferindo os recursos financeiros da Conta do Participante para outro Plano de Benefícios, desde que atendidos os seguintes requisitos:	Art. 11. O Participante poderá optar pelo Instituto da Portabilidade, transferindo os recursos financeiros da Conta do Participante para outro plano de benefícios , desde que atendidos os seguintes requisitos:	Melhoria de texto a fim adequar as situações diversas que poderá se encontrar o participante antes da concessão do benefício Texto ajustado ao modelo certificado
I. Ter, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses de vinculação ao Plano;	I. Ter, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses de vinculação ao PLANO ;	Texto ajustado ao modelo certificado
II. Não estiver em gozo de nenhum benefício previsto neste Regulamento.		
Parágrafo Único. A carência de que trata o Inciso I deste Artigo não será exigida para os recursos portados oriundos de outro Plano de Previdência Complementar.		
Art. 12. A Portabilidade é direito inalienável do Participante <u>Ativo, Vinculado ou Suspenso</u> , vedada sua cessão sob qualquer forma.	Art. 12. A Portabilidade é direito inalienável do Participante, vedada sua cessão sob qualquer forma.	Melhoria de texto a fim adequar as situações diversas que poderá se encontrar o participante antes da concessão do benefício
Art. 13. A Portabilidade terá caráter irrevogável e irretratável, e seu exercício implicará no cancelamento da inscrição do Participante neste Plano, extinguindo-se, com a transferência dos recursos, toda e qualquer obrigação do PLANO MAIS FUTURO para com o Participante e seus Beneficiários.	Art. 13. A Portabilidade terá caráter irrevogável e irretratável, e seu exercício implicará no cancelamento da inscrição do Participante neste PLANO , extinguindo-se, com a transferência total dos recursos, toda e qualquer obrigação do PLANO para com o Participante e seus Beneficiários.	Melhoria do texto Texto ajustado ao modelo certificado

6ª Alteração do PLANO COOPERATIVO DE PREVIDÊNCIA MAIS FUTURO

CNPB nº 2012.0018-74 – Modelo Certificado nº 2022.01



<p>Art. 14. A data base para cálculo do valor a ser portado será a data da cessação das contribuições para o PLANO MAIS FUTURO, ressalvado o disposto no Parágrafo Único deste Artigo.</p>	<p>Art. 14. A data base para cálculo do valor a ser portado será a data da opção pela Portabilidade, ressalvado o disposto no Parágrafo Único deste Artigo.</p>	<p>Alteração do texto para melhor entendimento da data base de cálculo da portabilidade Texto ajustado ao modelo certificado</p>
<p>Parágrafo Único. Na hipótese de Portabilidade, após opção do Participante Ativo pelo Benefício Proporcional Diferido, o valor a ser portado corresponderá ao Saldo de Conta, apurado na data da opção por aquele Instituto, acrescido de eventuais contribuições específicas feitas para seu incremento, atualizado pela variação da Cota Patrimonial, de acordo com o Perfil de Investimentos escolhido pelo Participante, descontados eventuais resgates parciais e as despesas administrativas, conforme previsto no Plano de Custeio, durante o intervalo da opção pelo Benefício Proporcional Diferido e a Portabilidade.</p>		
<p>Art. 15. A Portabilidade do direito acumulado pelo Participante Ativo, Vinculado ou Suspenso do PLANO MAIS FUTURO implica na Portabilidade de eventuais recursos portados de outros Planos e a cessação dos compromissos do PLANO MAIS FUTURO, em relação a ele e seus Beneficiários.</p>	<p>Art. 15. A Portabilidade do direito acumulado pelo Participante Ativo, Vinculado ou Suspenso do PLANO implica na Portabilidade de eventuais recursos portados de outros Planos e a cessação dos compromissos do PLANO, em relação a ele e seus Beneficiários.</p>	<p>Texto ajustado ao modelo certificado</p>
<p>Art. 16. O direito acumulado pelo Participante Ativo, Vinculado ou Suspenso no PLANO MAIS FUTURO corresponde ao valor do Saldo de Conta, na data da opção pela Portabilidade.</p>	<p>Art. 16. O direito acumulado pelo Participante Ativo, Vinculado ou Suspenso no PLANO corresponde ao valor do Saldo de Conta, na data da opção pela Portabilidade.</p>	<p>Texto ajustado ao modelo certificado</p>

6ª Alteração do PLANO COOPERATIVO DE PREVIDÊNCIA MAIS FUTURO

CNPB nº 2012.0018-74 – Modelo Certificado nº 2022.01

<p>Parágrafo Único. O valor a ser portado será atualizado no período compreendido entre a data base do cálculo e a efetiva transferência dos recursos ao Plano de Benefícios receptor pela variação da Cota Patrimonial, de acordo com o Perfil de Investimentos escolhido pelo Participante.</p>		
<p>Art. 17. Os valores portados de outros Planos de Benefícios Previdenciários, quando for o caso, serão atualizados da mesma forma disposta no Parágrafo Único do Artigo anterior, descontado as despesas administrativas, conforme previsto no Plano de Custeio, no intervalo entre o ingresso dos recursos portados e a efetiva Portabilidade.</p>		
<p>Art. 18. O Participante Ativo, Vinculado ou Suspenso que optar pela Portabilidade deverá prestar, por ocasião do protocolo do Termo de Opção, as informações de que trata o Artigo 27 deste Regulamento.</p>	<p>Art. 18. O Participante Ativo, Vinculado ou Suspenso que optar pela Portabilidade deverá protocolar o Termo de Opção, conforme disposto no Artigo 27 deste Regulamento.</p>	<p>Melhoria de texto e ajuste de remissão Texto ajustado ao modelo certificado</p>
<p>Art. 19. A Portabilidade será exercida por meio de Termo de Portabilidade, expedido na forma do Artigo 28 deste Regulamento.</p>	<p>Art. 19. A Portabilidade será exercida por meio de Termo de Portabilidade, expedido na forma do Artigo 28 deste Regulamento.</p>	<p>Ajuste de remissão Texto ajustado ao modelo certificado</p>

6ª Alteração do PLANO COOPERATIVO DE PREVIDÊNCIA MAIS FUTURO

CNPB nº 2012.0018-74 – Modelo Certificado nº 2022.01



<p>Art. 20. Formalizada a opção pela Portabilidade, o FUNDO PARANÁ, dentro do prazo estabelecido na legislação, contados da data do protocolo do Termo de Opção, elaborará o Termo de Portabilidade e o encaminhará à Entidade que administra o Plano de Benefícios Receptor.</p>	<p>Art. 20. Formalizada a opção pela Portabilidade, o FUNDO MAIS FUTURO elaborará o Termo de Portabilidade e o encaminhará à Entidade que administra o Plano de Benefícios Receptor e finalizará o processo da portabilidade, incluindo a transferência dos recursos, até o 10º (décimo) dias útil, contados da data do protocolo do Termo de Opção ou da contestação do participante, se houver.</p>	<p>Alteração da Razão Social da Entidade Texto ajustado ao modelo certificado</p>
<p>Art. 21. Os valores portados somente serão transacionados entre as Entidades envolvidas na operação.</p>		
<p style="text-align: center;">SEÇÃO III</p>		
<p style="text-align: center;">DO RESGATE</p>		
<p>Art. 22. O Participante <u>Ativo, Vinculado ou Suspenso</u> poderá optar pelo Instituto do Resgate parcial ou total desde que não esteja em gozo de nenhum benefício previsto neste Regulamento.</p>	<p>Art. 22. O Participante poderá optar pelo Instituto do Resgate parcial ou total desde que não esteja em gozo de nenhum benefício previsto neste Regulamento.</p>	<p>Melhoria de texto para melhor definir as situações do participante antes da concessão do benefício Texto ajustado ao modelo certificado</p>
<p>Parágrafo Único: O pagamento do Resgate estará sujeito a um prazo de carência de 36 (trinta e seis) meses contados a partir da data de inscrição neste Plano de Benefícios.</p>	<p>Parágrafo Único: O pagamento do Resgate estará sujeito a um prazo de carência de 36 (trinta e seis) meses contados a partir da data de inscrição neste PLANO de Benefícios.</p>	<p>Texto ajustado ao modelo certificado</p>

6ª Alteração do PLANO COOPERATIVO DE PREVIDÊNCIA MAIS FUTURO

CNPB nº 2012.0018-74 – Modelo Certificado nº 2022.01

<p>Art. 23. O Resgate corresponderá ao valor do Saldo de Conta Individual na data da opção, de forma parcial, a ser exercido durante a fase contributiva ou total, por desligamento deste Plano, observados os critérios para resgate de contribuições de Pessoa Jurídica Vinculada, conforme disposto no contrato específico, e o disposto nos incisos e parágrafos deste Artigo.</p>	<p>Art. 23. O Resgate corresponderá ao valor do Saldo de Conta Individual na data da opção, de forma parcial, a ser exercido durante a fase contributiva ou total, por desligamento deste PLANO, observados os critérios para resgate de contribuições de Pessoa Jurídica Vinculada, conforme disposto no contrato específico, e o disposto nos incisos e parágrafos deste Artigo.</p>	<p>Texto ajustado ao modelo certificado</p>
<p>§ 1º. Os valores que compõem o Saldo de Conta Individual do participante, decorrentes das Contribuições Normais previstas no plano de custeio, somente poderão ser resgatados em sua totalidade quando ocorrer o desligamento deste Plano, observado o prazo de carência previsto no Parágrafo Único do Artigo 22.</p>	<p>§ 1º. Os valores que compõem o Saldo de Conta Individual do participante, decorrentes das Contribuições Normais previstas no PLANO de custeio, somente poderão ser resgatados em sua totalidade quando ocorrer o desligamento deste PLANO, observado o prazo de carência previsto no Parágrafo Único do Artigo 22.</p>	<p>Texto ajustado ao modelo certificado</p>
<p>§ 2º. Observado o prazo de carência previsto no Parágrafo Único do Artigo 22, é facultado ao Participante o resgate parcial ou total das seguintes parcelas do Saldo de Conta, a ser exercido durante a fase contributiva e sem a obrigatoriedade de seu desligamento deste Plano:</p>	<p>§ 2º. Observado o prazo de carência previsto no Parágrafo Único do Artigo 22, é facultado ao Participante o resgate parcial ou total das seguintes parcelas do Saldo de Conta, a ser exercido durante a fase contributiva e sem a obrigatoriedade de seu desligamento deste PLANO:</p>	<p>Texto ajustado ao modelo certificado</p>
<p>I. A qualquer tempo, valores oriundos de Portabilidade, constituídos em Planos de Previdência Complementar ou Sociedade Seguradora;</p>		

6ª Alteração do PLANO COOPERATIVO DE PREVIDÊNCIA MAIS FUTURO

CNPB nº 2012.0018-74 – Modelo Certificado nº 2022.01

<p>II. A qualquer tempo, valores oriundos de Contribuições Adicionais, mensais ou eventuais, do Participante;</p>		
<p>III. Até vinte por cento dos valores oriundos das Contribuições Normais vertidas a este Plano pelo Participante, a cada dois anos.</p>	<p>III. Até vinte por cento dos valores oriundos das Contribuições Normais vertidas a este PLANO pelo Participante, a cada dois anos.</p>	<p>Texto ajustado ao modelo certificado</p>
<p>§ 3º. A opção pelo Resgate parcial deverá ser requerida pelo Participante <u>em formulário específico.</u></p>	<p>§ 3º. A opção pelo Resgate parcial deverá ser requerida pelo Participante.</p>	<p>Alteração objetivando simplificar, pois o formulário encontra-se disponível no portal da Entidade. Texto ajustado ao modelo certificado</p>
<p>§ 4º. O montante referente ao Resgate será liberado no prazo de até 30 (trinta) dias a partir da data do recebimento do requerimento pelo FUNDO PARANÁ, respeitado o prazo de carência previsto no parágrafo 5º deste Artigo.</p>	<p>§ 4º. O montante referente ao Resgate será liberado no prazo de até 30 (trinta) dias a partir da data do recebimento do requerimento pelo FUNDO MAIS FUTURO, respeitado o prazo de carência previsto no parágrafo 7º deste Artigo.</p>	<p>Alteração da Razão Social da Entidade Ajuste de remissão Texto ajustado ao modelo certificado</p>
<p>§ 5º. O Resgate total terá caráter irrevogável e irretratável e seu exercício implicará no cancelamento da inscrição do Participante neste Plano, extinguindo-se, com o seu pagamento, todo e qualquer compromisso do Plano para com o Participante e/ou seus Beneficiários.</p>	<p>§ 5º. O Resgate total terá caráter irrevogável e irretratável e seu exercício implicará no cancelamento da inscrição do Participante neste PLANO, extinguindo-se, com o seu pagamento, todo e qualquer compromisso do PLANO para com o Participante e/ou seus Beneficiários.</p>	<p>Texto ajustado ao modelo certificado</p>

6ª Alteração do PLANO COOPERATIVO DE PREVIDÊNCIA MAIS FUTURO

CNPB nº 2012.0018-74 – Modelo Certificado nº 2022.01

<p>§ 6º. Por opção única e exclusiva do Participante <u>Ativo, Vinculado ou Suspenso</u>, o Resgate poderá ser pago em até 60 (sessenta) parcelas mensais e consecutivas, reajustadas <u>mensalmente</u> pela variação da Cota Patrimonial, de acordo com o Perfil de Investimentos escolhido pelo Participante, prevista no Artigo 63 deste Regulamento.</p>	<p>§ 6º. Por opção única e exclusiva do Participante o Resgate poderá ser pago em até 60 (sessenta) parcelas mensais e consecutivas, reajustadas pela variação da Cota Patrimonial, de acordo com o Perfil de Investimentos escolhido pelo Participante, prevista no Artigo 54 deste Regulamento.</p>	<p>Melhoria de texto com a eliminação da situação em que se encontra o participante, pois o artigo 22 já determina o que o resgate não é permitido para quem esteja em gozo de benefício Ajuste de remissão Exclusão do termo “mensalmente” visando a implantação da cota diária Texto ajustado ao modelo certificado</p>
<p>§ 7º. Em relação a cada uma das contribuições efetuadas por Pessoa Jurídica Vinculada neste Plano, de que trata o Artigo 56 deste Regulamento, estas somente poderão ser resgatadas após o cumprimento de carência de 36 (trinta e seis) meses do aporte da última contribuição, observadas eventuais condições adicionais no instrumento contratual específico da Pessoa Jurídica Vinculada com o FUNDO PARANÁ.</p>	<p>§ 7º. Em relação a cada uma das contribuições efetuadas por Pessoa Jurídica Vinculada neste PLANO, de que trata o Artigo 47 deste Regulamento, estas somente poderão ser resgatadas após o cumprimento de carência de 36 (trinta e seis) meses do aporte de cada contribuição efetuada, observadas eventuais condições adicionais no instrumento contratual específico da Pessoa Jurídica Vinculada com o FUNDO MAIS FUTURO.</p>	<p>Alteração do texto de acordo com o que dispõe a legislação Ajuste de remissão Texto ajustado ao modelo certificado</p>
<p>Art. 24. O valor do Resgate previsto no Artigo 23 deste Regulamento será convertido pelo valor da Cota Patrimonial, de acordo com o Perfil de Investimentos escolhido pelo Participante, vigente na data do efetivo pagamento.</p>		
<p>Art. 25. Os valores portados somente serão transacionados entre as Entidades envolvidas na operação, exceto para os recursos previstos para o resgate.</p>	<p>Excluído</p>	<p>Artigo excluído devido o texto já estar previsto na Portabilidade Texto ajustado ao modelo certificado</p>
	<p>SEÇÃO IV</p>	

6ª Alteração do PLANO COOPERATIVO DE PREVIDÊNCIA MAIS FUTURO

CNPB nº 2012.0018-74 – Modelo Certificado nº 2022.01



	DO AUTOPATROCÍNIO	Inserido o Instituto do Autopatrocínio por exigência legal Texto ajustado ao modelo certificado
	Art. 25. Em caso de rompimento do vínculo associativo com o Instituidor o Participante pode manter o valor de suas contribuições regulares e/ou obrigatórias mensais e, caso existam, as contribuições vertidas por Pessoa Jurídica, através da opção pelo Instituto do Autopatrocínio.	Inserido o Instituto do Autopatrocínio por exigência legal Texto ajustado ao modelo certificado
	§ 1º - A opção pelo Autopatrocínio não impede posterior opção pelo Benefício Proporcional Diferido, pela Portabilidade ou pelo Resgate.	Inserido o Instituto do Autopatrocínio por exigência legal Texto ajustado ao modelo certificado
	§ 2º. O Participante que optar pelo Autopatrocínio estará obrigado a contribuir mensalmente para o custeio das despesas administrativas conforme definido no Plano de Custeio Anual.	Inserido o Instituto do Autopatrocínio por exigência legal Texto ajustado ao modelo certificado
	§ 3º - É facultado ao Participante Autopatrocinado alterar o valor de contribuição, mediante requerimento formal.	Inserido o Instituto do Autopatrocínio por exigência legal Texto ajustado ao modelo certificado

6ª Alteração do PLANO COOPERATIVO DE PREVIDÊNCIA MAIS FUTURO

CNPB nº 2012.0018-74 – Modelo Certificado nº 2022.01

	<p>§ 4º - O Participante Ativo que tiver optado pelo Instituto do Autopatrocínio mantém as condições do Participante Ativo em relação a elegibilidade e Benefício de Renda Mensal ou Temporário, previstos neste Regulamento.</p>	<p>Inserido o Instituto do Autopatrocínio por exigência legal Texto ajustado ao modelo certificado</p>
<p>CAPÍTULO V</p>		
<p>DO EXTRATO, TERMO DE OPÇÃO E TERMO DE PORTABILIDADE</p>		
<p>SEÇÃO I</p>		
<p>DO EXTRATO</p>		
<p>Art. 26. O FUNDO PARANÁ fornecerá extrato ao Participante, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do seu requerimento protocolado na Entidade, contendo:</p>	<p>Art. 26. Observada a legislação aplicável, o FUNDO MAIS FUTURO fornecerá ao Participante que requerer ou que rescindir seu vínculo com o Instituidor o Extrato de desligamento para subsidiar a opção por um dos institutos previstos neste Regulamento no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do requerimento ou da ciência da cessação do vínculo com o Instituidor protocolado pelo Participante perante o FUNDO MAIS FUTURO.</p>	<p>Artigo renumerado Alteração da Razão Social da Entidade Alteração com exclusão dos incisos para maior clareza e melhoria de texto e adequação à legislação Texto ajustado ao modelo certificado</p>

6ª Alteração do PLANO COOPERATIVO DE PREVIDÊNCIA MAIS FUTURO

CNPB nº 2012.0018-74 – Modelo Certificado nº 2022.01

I. Valor correspondente ao direito acumulado no PLANO MAIS FUTURO, com a ressalva de que tal valor será ajustado pela variação da Cota Patrimonial, de acordo com o Perfil de Investimentos escolhido pelo Participante, entre a data de seu cálculo e a data da efetiva Portabilidade de tais recursos;	Excluído	Exclusão devido alteração do caput, para maior clareza e melhoria de texto Texto ajustado ao modelo certificado
II. Valor do Resgate, contendo o Saldo de Conta livre de tributos (bruto) e com sua incidência (líquido);	Excluído	Exclusão devido alteração do caput, para maior clareza e melhoria de texto Texto ajustado ao modelo certificado
III. Elegibilidade ao benefício decorrente da opção pelo Benefício Proporcional Diferido;	Excluído	Exclusão devido alteração do caput, para maior clareza e melhoria de texto
IV. Data base de cálculo do Benefício Proporcional Diferido, com a indicação do critério de atualização e da incidência de despesa administrativa, definida no Plano de Custeio;	Excluído	Exclusão devido alteração do caput, para maior clareza e melhoria de texto Texto ajustado ao modelo certificado Texto ajustado ao modelo certificado
V. Montante garantidor do Benefício Proporcional Diferido;	Excluído	Exclusão devido alteração do caput, para maior clareza e melhoria de texto Texto ajustado ao modelo certificado
VI. Data base do direito acumulado a ser portado pelo Participante Ativo;	Excluído	Exclusão devido alteração do caput, para maior clareza e melhoria de texto Texto ajustado ao modelo certificado

6ª Alteração do PLANO COOPERATIVO DE PREVIDÊNCIA MAIS FUTURO

CNPB nº 2012.0018-74 – Modelo Certificado nº 2022.01



VII.	Valor atualizado dos recursos portados de outros Planos pelo Participante Ativo;	Excluído	Exclusão devido alteração do caput, para maior clareza e melhoria de texto Texto ajustado ao modelo certificado
VIII.	Indicação do critério que será utilizado para a atualização do valor objeto da Portabilidade, até a data de sua efetiva transferência;	Excluído	Exclusão devido alteração do caput, para maior clareza e melhoria de texto Texto ajustado ao modelo certificado
IX.	Data base de cálculo do valor do Resgate;	Excluído	Exclusão devido alteração do caput, para maior clareza e melhoria de texto Texto ajustado ao modelo certificado
X.	Indicação do critério que será utilizado para a atualização do valor do Resgate, até a data do efetivo pagamento;	Excluído	Exclusão devido alteração do caput, para maior clareza e melhoria de texto Texto ajustado ao modelo certificado
XI.	Indicação dos critérios de custeio dos Benefícios por Invalidez e por Morte, previstos neste Regulamento, na opção do Benefício Proporcional Diferido.	Excluído	Exclusão devido alteração do caput, para maior clareza e melhoria de texto Texto ajustado ao modelo certificado
	Parágrafo Único. Os valores referidos nos Incisos deste Artigo devem ser apurados na data da cessação do vínculo associativo ou na data do requerimento do extrato pelo Participante.	Excluído	Exclusão devido alteração do caput, para maior clareza e melhoria de texto Texto ajustado ao modelo certificado

6ª Alteração do PLANO COOPERATIVO DE PREVIDÊNCIA MAIS FUTURO

CNPB nº 2012.0018-74 – Modelo Certificado nº 2022.01

SEÇÃO II		
DO TERMO DE OPÇÃO		
Art. 27. Após o recebimento do extrato referido no Artigo 26 deste Regulamento, o Participante terá o prazo máximo de 60 (sessenta) dias para formalizar sua opção por um dos Institutos a que se refere o CAPÍTULO IV, ou pela manutenção das contribuições regulares e/ou obrigatórias mensais de que trata o Inciso I do Artigo 6º, mediante o protocolo de Termo de Opção, que deverá conter:	Art. 27. Se o Termo de Opção indicar a escolha do Participante pela Portabilidade, o FUNDO MAIS FUTURO encaminhará o Termo de Portabilidade, devidamente preenchido à Entidade que opera o Plano de Benefícios Receptor, indicada pelo Participante no requerimento de Portabilidade na forma indicada pela legislação.	Artigo renumerado Alteração com exclusão dos incisos para maior clareza e melhoria de texto e adequação à legislação Texto ajustado ao modelo certificado
I. Identificação do Participante;	Excluído	Exclusão devido alteração do caput, para maior clareza e melhoria de texto Texto ajustado ao modelo certificado
II. Identificação do Plano de Benefícios;	Excluído	Exclusão devido alteração do caput, para maior clareza e melhoria de texto Texto ajustado ao modelo certificado
III. Opção efetuada entre os Institutos previstos neste Regulamento.	Excluído	Exclusão devido alteração do caput, para maior clareza e melhoria de texto Texto ajustado ao modelo certificado
§ 1º. O Participante que não se definir por um dos Institutos previstos no Artigo 7º deste Regulamento, até o prazo previsto no caput deste Artigo, será considerado como tendo optado pelo Benefício Proporcional Diferido, atendidas as demais condições previstas neste Regulamento.		

6ª Alteração do PLANO COOPERATIVO DE PREVIDÊNCIA MAIS FUTURO

CNPB nº 2012.0018-74 – Modelo Certificado nº 2022.01

§2º. Se o Participante questionar as informações constantes do extrato, o prazo para opção a que se refere o caput deste Artigo será suspenso até que sejam prestados os esclarecimentos pertinentes, em um prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.		
SEÇÃO III		
DO TERMO DE PORTABILIDADE		
Art. 28. Se o Termo de Opção indicar a escolha do Participante pela Portabilidade, o FUNDO PARANÁ encaminhará o Termo de Portabilidade, devidamente preenchido à Entidade que opera o Plano de Benefícios Receptor, indicada pelo Participante no requerimento de Portabilidade.	Art. 28 . Se o Termo de Opção indicar a escolha do Participante pela Portabilidade, o FUNDO MAIS FUTURO encaminhará o Termo de Portabilidade, devidamente preenchido à Entidade que opera o Plano de Benefícios Receptor, indicada pelo Participante no requerimento de Portabilidade na forma indicada pela legislação.	Artigo renumerado, alteração da Razão Social da Entidade e melhoria de texto Texto ajustado ao modelo certificado
§1º. O requerimento do Participante conterà, obrigatoriamente:	Excluído	Exclusão devido alteração do caput, para maior clareza e melhoria de texto Texto ajustado ao modelo certificado
I. A identificação do Participante;	Excluído	Exclusão devido alteração do caput, para maior clareza e melhoria de texto Texto ajustado ao modelo certificado
II. A identificação do PLANO MAIS FUTURO com as assinaturas dos seus representantes legais;	Excluído	Exclusão devido alteração do caput, para maior clareza e melhoria de texto Texto ajustado ao modelo certificado
III. O número de registro no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB do PLANO MAIS FUTURO;	Excluído	Exclusão devido alteração do caput, para maior clareza e melhoria de texto Texto ajustado ao modelo certificado
IV. A identificação da Entidade que opera o Plano de Benefícios Receptor;	Excluído	Exclusão devido alteração do caput, para maior clareza e melhoria de texto

6ª Alteração do PLANO COOPERATIVO DE PREVIDÊNCIA MAIS FUTURO

CNPB nº 2012.0018-74 – Modelo Certificado nº 2022.01



		Texto ajustado ao modelo certificado
V. O número de registro no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios - CNPB ou número do Processo Susep, conforme o caso, do plano receptor;	Excluído	Exclusão devido alteração do caput, para maior clareza e melhoria de texto Texto ajustado ao modelo certificado
VI. A data em que o plano receptor foi contratado ou data de adesão do participante ao plano;	Excluído	Exclusão devido alteração do caput, para maior clareza e melhoria de texto Texto ajustado ao modelo certificado
VII. Os dados da conta corrente bancária titulada pela entidade que administra o plano receptor, para a qual a entidade cedente deverá transferir os recursos;	Excluído	Exclusão devido alteração do caput, para maior clareza e melhoria de texto Texto ajustado ao modelo certificado
VIII. O valor a ser portado, informando o respectivo percentual dos recursos financeiros do Saldo de Conta Individual no PLANO MAIS FUTURO;	Excluído	Exclusão devido alteração do caput, para maior clareza e melhoria de texto Texto ajustado ao modelo certificado
IX. O regime tributário, de alíquotas progressivas ou regressivas, a que estão sujeitos os recursos a serem portados; e	Excluído	Exclusão devido alteração do caput, para maior clareza e melhoria de texto Texto ajustado ao modelo certificado
X. Declaração de concordância, por parte da entidade cessionária, em recepcionar os recursos.	Excluído	Exclusão devido alteração do caput, para maior clareza e melhoria de texto Texto ajustado ao modelo certificado
§ 2º. As informações constantes dos incisos IV, V, VI e VII do Parágrafo anterior, bem como a declaração de concordância em recepcionar os recursos, prevista no inciso X do Parágrafo anterior, deverão ser obtidas previamente pelo participante junto à entidade cessionária.	Excluído	Exclusão devido alteração do caput, para maior clareza e melhoria de texto Texto ajustado ao modelo certificado

6ª Alteração do PLANO COOPERATIVO DE PREVIDÊNCIA MAIS FUTURO

CNPB nº 2012.0018-74 – Modelo Certificado nº 2022.01

<p>§ 3º. O Fundo Paraná emitirá o Termo de Portabilidade e encaminhará ao Participante no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data do protocolo do requerimento, <u>contendo as seguintes informações, além das constantes dos incisos I a X do § 1º deste Artigo:</u></p>	<p>Parágrafo Único. O FUNDO MAIS FUTURO emitirá o Termo de Portabilidade e encaminhará ao Participante no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data do protocolo do requerimento.</p>	<p>Alteração da Razão Social da Entidade Alteração para maior clareza e melhoria de texto Texto ajustado ao modelo certificado</p>
<p>I. Data de cálculo dos recursos financeiros a serem portados;</p>	<p>Excluído</p>	<p>Exclusão devido alteração do caput, para maior clareza e melhoria de texto Texto ajustado ao modelo certificado</p>
<p>II. Valor dos recursos financeiros a serem portados, posicionado na data de cálculo;</p>	<p>Excluído</p>	<p>Exclusão devido alteração do caput, para maior clareza e melhoria de texto Texto ajustado ao modelo certificado</p>
<p>III. O critério de atualização do valor a ser portado, referente ao período entre a data de cálculo e a data da transferência dos recursos ao plano de benefícios receptor, se dará pela variação da Cota Patrimonial vigente, de acordo com o Perfil de Investimentos escolhido pelo Participante; e</p>	<p>Excluído</p>	<p>Exclusão devido alteração do caput, para maior clareza e melhoria de texto Texto ajustado ao modelo certificado</p>
<p>IV. No caso de adoção do regime de tributação por alíquotas regressivas, informações sobre as datas e valores dos aportes vertidos ao plano, em moeda da época, disponibilizadas em meio magnético indexável.</p>	<p>Excluído</p>	<p>Exclusão devido alteração do caput, para maior clareza e melhoria de texto Texto ajustado ao modelo certificado</p>

6ª Alteração do PLANO COOPERATIVO DE PREVIDÊNCIA MAIS FUTURO

CNPB nº 2012.0018-74 – Modelo Certificado nº 2022.01

§ 4º. Na hipótese de discordância das informações constantes do Termo de Portabilidade, o participante poderá apresentar contestação no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, e a descrição do seu entendimento, devendo a entidade cedente apresentar a resposta ao participante ou novo Termo de Portabilidade retificado, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de protocolo da contestação.	Excluído	Exclusão devido alteração do caput, para maior clareza e melhoria de texto Texto ajustado ao modelo certificado
§ 5º. O FUNDO PARANÁ:	Excluído	Exclusão devido alteração do caput, para maior clareza e melhoria de texto Texto ajustado ao modelo certificado
I. Finalizará o processo de portabilidade, incluindo a transferência dos recursos, até o 10º (décimo) dia útil subsequente à data do protocolo do requerimento ou da contestação do participante, se houver, conforme o disposto no Parágrafo anterior; e	Excluído	Exclusão devido alteração do caput, para maior clareza e melhoria de texto Texto ajustado ao modelo certificado
II. Prestará à entidade cessionária, dentro do prazo estabelecido no inciso anterior, todas as informações necessárias ao fiel cumprimento das disposições legais e regulamentares, inclusive de ordem tributária.	Excluído	Exclusão devido alteração do caput, para maior clareza e melhoria de texto Texto ajustado ao modelo certificado

6ª Alteração do PLANO COOPERATIVO DE PREVIDÊNCIA MAIS FUTURO

CNPB nº 2012.0018-74 – Modelo Certificado nº 2022.01

CAPÍTULO VI		
DO PLANO DE BENEFÍCIOS		
SEÇÃO I		
DO BENEFÍCIO E DO FATOR DE RENDA	DOS BENEFÍCIOS	
Art. 29. São benefícios instituídos por este Plano:	Art. 29. São benefícios instituídos por este PLANO :	Renumerado Texto ajustado ao modelo certificado
I. Benefício Programado;	I. Benefício de Renda Mensal	Termo alterado a fim de permitir unificar um para um único Benefício de renda mensal visto a aplicação da regra ser a mesma de invalidez ou morte Texto ajustado ao modelo certificado
II. Benefício por Invalidez;	Excluído	Benefício excluído devido a unificação para um único Benefício de renda mensal visto a aplicação da regra ser a mesma Texto ajustado ao modelo certificado
III. Benefício por Morte de Participante Ativo;	Excluído	Benefício excluído devido a unificação para um único Benefício de renda mensal visto a aplicação da regra ser a mesma Texto ajustado ao modelo certificado
IV. Benefício por Morte de Assistido.	Excluído	Benefício excluído devido a unificação para um único Benefício de renda mensal visto a aplicação da regra ser a mesma Texto ajustado ao modelo certificado
	II – Benefício Temporário	Inclusão de Benefício a fim de modernizar o Plano e permitir que o participante receba renda mensal temporária em caso de necessidade, tais como nos casos, por exemplo, de auxílio doença, demissão, auxílio educacional, etc.. Texto ajustado ao modelo certificado

6ª Alteração do PLANO COOPERATIVO DE PREVIDÊNCIA MAIS FUTURO

CNPB nº 2012.0018-74 – Modelo Certificado nº 2022.01



SEÇÃO II	SEÇÃO II	
	DO BENEFÍCIO DE RENDA MENSAL	Nome do Benefício alterado a fim de permitir unificar um para um único Benefício de renda mensal, incluindo Invalidez e Pensão por Morte, visto a aplicação da regra ser a mesma por invalidez ou morte. Texto ajustado ao modelo certificado
	Art. 30. O Participante será elegível ao Benefício de Renda Mensal desde que conte com no mínimo 18 (dezoito) anos de idade, ou de forma antecipada, por invalidez ou por morte.	Art.34 texto realocado e alterado em função da alteração do Nome do Benefício Texto ajustado ao modelo certificado
	§ 1º. O participante que tiver invalidez permanente reconhecida pela Previdência Social ou por médico indicado pelo FUNDO MAIS FUTURO poderá requerer o Benefício de Renda Mensal prevista no caput, independentemente da idade e do tempo de filiação ao Plano.	Art. 37 e §1º realocado e alterado devido a unificação dos benefícios Programado por idade, por Invalidez e por Morte Texto ajustado ao modelo certificado
	§ 2º. Em caso de o Participante referido no parágrafo anterior ser optante da contribuição do Seguro de Renda, a comprovação da invalidez dependerá das disposições contratuais constantes da apólice da Sociedade Seguradora contratada.	§2º do Art. 37 realocado devido a unificação dos benefícios Programado por idade, por Invalidez e por Morte Alteração do termo “Risco” para “Renda” Melhoria de texto Texto ajustado ao modelo certificado

6ª Alteração do PLANO COOPERATIVO DE PREVIDÊNCIA MAIS FUTURO

CNPB nº 2012.0018-74 – Modelo Certificado nº 2022.01



	<p>§ 3º. Ocorrendo o falecimento do Participante ou Assistido, o Benefício de Renda Mensal será devida aos Beneficiários definidos no Art. 4º deste Regulamento, calculada a partir do Saldo de Conta existente no último dia do mês do falecimento e revertido em favor destes Beneficiários, respeitado o percentual de cada um, indicado pelo Participante.</p>	<p>Art. 39 realocado devido a unificação dos benefícios Programado por idade, por Invalidez e por Morte Texto ajustado ao modelo certificado</p>
	<p>§ 4º. Em caso de apresentação de novos Beneficiários, sob determinação judicial, processar-se-á novo cálculo sobre o Saldo de Conta remanescente, com novo rateio do Benefício de renda Mensal, considerando a nova composição de Beneficiários, desconsiderando-se quaisquer pagamentos retroativos.</p>	<p>Art. 39 realocado devido a unificação dos benefícios Programado por idade, por Invalidez e por Morte</p>

6ª Alteração do PLANO COOPERATIVO DE PREVIDÊNCIA MAIS FUTURO

CNPB nº 2012.0018-74 – Modelo Certificado nº 2022.01



	<p>§ 5º. Quando ocorrer a cessação do pagamento da renda paga a Beneficiário em virtude de sua morte, o Saldo de Conta remanescente relativo ao Beneficiário falecido será paga na forma indicada pelo Participante falecido ou, na falta de indicação deste, terá novo rateio proporcional entre os beneficiários restantes do Participante falecido, ou ainda, na inexistência de demais beneficiários, será pago, aos Herdeiros Legais do participante mediante apresentação de alvará judicial específico exarado nos autos de ação de inventário ou arrolamento correspondente.</p>	<p>Art. 41 Alterado e realocado devido a unificação dos benefícios Programado por idade, por Invalidez e por Morte, com melhoria de entendimento a quem se destina o Saldo decorrente do falecimento de um beneficiário Texto ajustado ao modelo certificado</p>
	<p>§ 6º. Na falta de Beneficiários, o saldo existente na Conta Individual será pago aos Herdeiros Legais do Participante, conforme definidos na lei civil.</p>	<p>Art. 42 realocado devido a unificação dos benefícios Programado por idade, por Invalidez e por Morte Texto ajustado ao modelo certificado</p>
	<p>§ 7º. Na inexistência de Beneficiário Indicado ou Herdeiro Legal, o Saldo de Conta remanescente será revertido em favor do Fundo Previdenciário específico e, se não requerido no prazo de 5 (cinco) anos, poderá ser utilizado em benefício dos demais Participantes.</p>	<p>§ 3º do Art. 43 realocado devido a unificação dos benefícios Programado por idade, por Invalidez e por Morte – melhoria de texto Texto ajustado ao modelo certificado</p>

6ª Alteração do PLANO COOPERATIVO DE PREVIDÊNCIA MAIS FUTURO

CNPB nº 2012.0018-74 – Modelo Certificado nº 2022.01



	<p>§ 8º Na ocorrência do falecimento do Participante ou Assistido, os Beneficiários aptos ao recebimento do Saldo de Conta, ao requererem o benefício de Renda Mensal, devem indicar novos Beneficiários para recebimento do Saldo de Conta remanescente em caso de seu falecimento.</p>	<p>Parágrafo inserido a fim de esclarecer a necessidade de indicação de beneficiários, complementando entendimento para quem se destina o Saldo decorrente do falecimento de um beneficiário referido no §5º acima Texto ajustado ao modelo certificado</p>
	<p>Art. 31. O Benefício de Renda Mensal consistirá numa renda mensal calculada na forma escolhida pelo Participante ou Beneficiário, por uma das opções previstas no Artigo 32 deste Regulamento.</p>	<p>Art. 35 realocado devido a unificação dos benefícios Programado por idade, por Invalidez e por Morte Texto ajustado ao modelo certificado</p>
	<p>Art. 32. O Participante ou Beneficiário que adquirir o direito de recebimento do Benefício Renda Mensal deverá optar por uma das seguintes formas de pagamento:</p>	<p>Art. 36 alterado e realocado devido a unificação dos benefícios Programado por idade, por Invalidez e por Morte Texto ajustado ao modelo certificado</p>
	<p>I.Renda mensal por prazo certo, calculada com base no Saldo de Conta do Participante, pelo prazo de recebimento de no mínimo 5 (cinco) anos;</p>	<p>Inciso I do Art. 36 realocado devido a unificação dos benefícios Programado por idade, por Invalidez e por Morte Texto ajustado ao modelo certificado</p>
	<p>II.Renda mensal equivalente a um percentual escolhido pelo participante aplicado em seu Saldo de Conta;</p>	<p>Inciso II do Art. 36 realocado devido a unificação dos benefícios Programado por idade, por Invalidez e por Morte Texto ajustado ao modelo certificado</p>
	<p>III.Renda mensal equivalente a um valor escolhido pelo Participante.</p>	<p>Inciso inserido a fim proporcionar mais uma forma de recebimento de renda mensal Texto ajustado ao modelo certificado</p>

6ª Alteração do PLANO COOPERATIVO DE PREVIDÊNCIA MAIS FUTURO

CNPB nº 2012.0018-74 – Modelo Certificado nº 2022.01



	§ 1º. A renda mensal referida no Inciso I deste Artigo será obtida pela aplicação do Fator de Renda no Saldo de Conta, conforme disposto no Artigo 38.	§1º do Art. 36 realocado devido a unificação dos benefícios Programado por idade, por Invalidez e por Morte Texto ajustado ao modelo certificado
	§ 2º. A renda mensal referida no Inciso II deste Artigo será obtida pela aplicação do Percentual escolhido pelo Participante no Saldo de Conta, observado o prazo mínimo estimado de recebimento da renda conforme disposto no Artigo 38.	§2º do Art. 36 realocado devido a unificação dos benefícios Programado por idade, por Invalidez e por Morte Texto ajustado ao modelo certificado
	§ 3º. O valor da renda mensal referida no Inciso III deste Artigo será escolhido pelo participante, observado o prazo mínimo estimado de recebimento da renda conforme disposto no Artigo 38.	§ inserido complementando o Inciso I inserido a fim proporcionar mais uma forma de recebimento de renda mensal Texto ajustado ao modelo certificado
	SEÇÃO III	Incluído como melhoria de texto
	DO BENEFÍCIO TEMPORÁRIO	Incluído como melhoria de texto
	Art. 33. O Participante poderá requerer um Benefício Temporário calculado com base em um percentual do Saldo de Conta Total do Participante por ele escolhido, desde que conte com no mínimo 18 (dezoito) anos de idade e atendidos os seguintes requisitos:	Artigo inserido com Benefício incluído como melhoria para o participante, por exemplo, em período em que, porventura, estiver em auxílio-doença ou estiver cursando ensino superior Texto ajustado ao modelo certificado
	I – Conte com 5 (cinco) anos de vinculação ao Plano, caso opte por percentual até 50% do Saldo de Conta Total.	Texto ajustado ao modelo certificado

6ª Alteração do PLANO COOPERATIVO DE PREVIDÊNCIA MAIS FUTURO

CNPB nº 2012.0018-74 – Modelo Certificado nº 2022.01



	II – Conte com 10 (dez) anos de vinculação ao Plano, caso opte por percentual até 70% do Saldo de Conta Total.	Texto ajustado ao modelo certificado
	§ 1º O Benefício Temporário terá duração máxima de 60 (sessenta) meses, podendo requerer a suspensão do benefício a qualquer tempo e retomar a condição de Participante Ativo.	Benefício incluído como melhoria para o participante, conforme o caput Texto ajustado ao modelo certificado
	§ 2º O Benefício Temporário será obtido pela aplicação do Fator de Renda para prazo certo, previsto no §1º do Art. 38 deste Regulamento, sobre o valor do percentual do Saldo de Conta definido no caput deste artigo.	Benefício incluído como melhoria para o participante, conforme caput Texto ajustado ao modelo certificado
	SEÇÃO IV	Incluído como melhoria de texto
	DO CÁLCULO DA RENDA MENSAL	Incluído como melhoria de texto
§ 1º. Os benefícios previstos no caput deste Artigo serão calculados com base no Saldo de Conta no dia do requerimento, observado o disposto no parágrafo 2º deste Artigo.	Art. 34. O Benefício de Renda Mensal previsto neste Regulamento será calculado com base no Saldo de Conta do último dia do mês do requerimento, observado o disposto no parágrafo 1º deste Artigo.	Parágrafo alterado para artigo devido a distinção entre Benefício de Renda Mensal e Benefício Temporário e esclarecimento quando a data da posição do Saldo de Conta Texto ajustado ao modelo certificado
§ 2º. Por opção do Participante ou Beneficiário, uma parte do seu Saldo de Conta poderá ser antecipada na forma de um pagamento único, na data de concessão <u>de um dos benefícios previstos no caput deste Artigo</u> , desde que o benefício, decorrente do Saldo de Conta remanescente que será a nova base de cálculo do benefício no dia do requerimento, não resulte em	§ 1º. Por opção do Participante ou Beneficiário, uma parte, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), do seu Saldo de Conta utilizado no cálculo do Benefício de Renda Mensal poderá ser antecipado, por requerimento, na forma de um pagamento único, que será exercido uma única vez, na concessão do Benefício de Renda Mensal,	Parágrafo alterado devido a distinção entre Benefício de Renda Mensal e Benefício Temporário Texto ajustado ao modelo certificado

6ª Alteração do PLANO COOPERATIVO DE PREVIDÊNCIA MAIS FUTURO

CNPB nº 2012.0018-74 – Modelo Certificado nº 2022.01



<p>valor inferior a quatro Unidades Previdenciárias (UP) prevista no Artigo 48 deste Regulamento.</p>	<p>ou após, desde que o benefício, decorrente do Saldo de Conta remanescente, que será a nova base de cálculo do benefício na data do requerimento, não resulte em valor inferior a quatro Unidades Previdenciárias (UP) prevista no Artigo 39 deste Regulamento.</p>	
<p>§ 3º. Nos casos em que, na concessão de qualquer um dos benefícios previstos no caput deste Artigo, 1% (um por cento) do Saldo de Conta resultar em valor inferior a duas Unidades Previdenciárias (UP) prevista no Artigo 48 deste Regulamento, o Saldo de Conta será pago de uma única vez ao Participante e/ou Beneficiários, inclusive em caso de rateio aos Beneficiários na proporção indicada na forma prevista no parágrafo 4º do Artigo 3º, extinguindo-se definitivamente, com o seu pagamento e todas as obrigações deste Plano perante o Participante e/ou Beneficiários.</p>	<p>§ 2º. Nos casos em que, na concessão do Benefício de Renda Mensal, o valor do Saldo de Conta for inferior ao valor de 100 (cem) Unidades Previdenciárias (UP) prevista no Artigo 39 deste Regulamento, o Saldo de Conta será pago de uma única vez ao Participante e/ou Beneficiários, inclusive em caso de rateio aos Beneficiários na proporção indicada na forma prevista no parágrafo 3º do Artigo 4º, extinguindo-se definitivamente, com o seu pagamento e todas as obrigações deste PLANO perante o Participante e/ou Beneficiários.</p>	<p>Parágrafo alterado devido a distinção entre Benefício de Renda Mensal e Benefício Temporário Correção de remissão Texto ajustado ao modelo certificado</p>

6ª Alteração do PLANO COOPERATIVO DE PREVIDÊNCIA MAIS FUTURO

CNPB nº 2012.0018-74 – Modelo Certificado nº 2022.01

<p>Art. 30. Por opção única e exclusiva do Participante, o recebimento de uma única vez, previsto no parágrafo 3º do Artigo anterior, poderá ser pago em até 60 (sessenta) parcelas mensais e consecutivas, reajustadas pela variação da Cota Patrimonial, de acordo com o Perfil de Investimentos escolhido pelo Participante, na forma prevista neste Regulamento, descontadas mensalmente das despesas administrativas conforme definido no Plano de Custeio anual <u>cujo valor será apurado com base no orçamento anual, com critérios uniformes e não discriminatórios em relação aos Participantes ativos, descontadas mensalmente do Saldo de Conta do respectivo Participante.</u></p>	<p>Art. 35. Por opção única e exclusiva do Participante, o recebimento de uma única vez, previsto no parágrafo 2º do Artigo anterior, poderá ser pago em até 60 (sessenta) parcelas mensais e consecutivas, reajustadas pela variação da Cota Patrimonial, de acordo com o Perfil de Investimentos escolhido pelo Participante, na forma prevista neste Regulamento, descontadas mensalmente das despesas administrativas conforme definido no Plano de Custeio anual.</p>	<p>Ajuste de remissão e alteração para maior clareza do texto. Texto ajustado ao modelo certificado</p>
<p>Art. 31. O primeiro pagamento dos benefícios de que trata este Regulamento será pago no mês subsequente ao da data do requerimento.</p>	<p>Art. 36.</p>	<p>Renumerado</p>
<p>Art. 32. Os benefícios serão pagos até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao de competência.</p>	<p>Art. 37.</p>	<p>Renumerado</p>
<p>Art. 33. A renda mensal inicial dos benefícios referidos neste regulamento será calculada mediante a aplicação de um Fator de Renda ou Percentual sobre o Saldo de Conta na data da concessão, conforme opção do Participante.</p>	<p>Art. 38. A renda mensal inicial dos benefícios referidos neste regulamento será calculada mediante a aplicação de um Fator de Renda, um Percentual Escolhido sobre o Saldo de Conta na data da concessão ou um Valor Escolhido de renda, conforme opção do Participante.</p>	<p>Texto alterado devido a inserção de uma nova forma de recebimento do benefício com valor a ser escolhido pelo participante. Texto ajustado ao modelo certificado</p>

6ª Alteração do PLANO COOPERATIVO DE PREVIDÊNCIA MAIS FUTURO

CNPB nº 2012.0018-74 – Modelo Certificado nº 2022.01

<p>§ 1º. No caso de opção de recebimento da renda pelo prazo certo, aplica-se o Fator de Renda que será obtido pela seguinte fórmula:</p>		
<p>FATOR=1/[[1-(1+i)⁻ⁿ]/i] onde, “i” corresponde à taxa de juros do Plano, equivalente mensal, e “n”, na opção de prazo certo, corresponde ao prazo de recebimento escolhido para pagamento da renda (em meses).</p>	<p>I – Para opção por 12 parcelas anuais: FATOR=1/[[1-(1+i)⁻ⁿ]/i] II – Para opção por 13 parcelas anuais: FATOR=1/[[1-(1+im)^{-m}]/im]+[[1-(1+i)⁻ⁿ]/i] onde, “i” corresponde à taxa de juros do PLANO, “im” ao seu equivalente mensal, e “n”, na opção de prazo certo, corresponde ao prazo de recebimento escolhido para pagamento da renda em anos e, “m” em meses.</p>	<p>Formula de cálculo inserida a fim permitir opção pelo 13º benefício anual Texto ajustado ao modelo certificado</p>
	<p>§ 2º. A taxa de juros referida na fórmula da opção de renda pelo prazo certo, será a mesma taxa utilizada como parâmetro de rentabilidade futura dos investimentos do PLANO no ano de concessão ou recálculo do Benefício.</p>	<p>Parágrafo inserido a fim de permitir que o participante escolha a taxa de juros a ser utilizada como expectativa de rentabilidade futura. Texto ajustado ao modelo certificado</p>
<p>§ 2º. No caso de opção de recebimento da renda em Percentual, a taxa percentual será a taxa de <u>juros do Plano dividida por 10 (dez), podendo o Participante optar por outro percentual, desde que este seja inferior à 1%.</u></p>	<p>§ 3º. No caso de opção de recebimento da renda em Percentual Escolhido, a taxa percentual será escolhida pelo Participante e aplicada sobre o Saldo de Conta, observado o prazo mínimo estimado de 60 (sessenta) meses, o qual será calculado conforme fórmulas do parágrafo 1º deste artigo.</p>	<p>Parágrafo alterado a fim de dar maior clareza ao modo de concessão na forma percentual do saldo e melhoria do texto. Texto ajustado ao modelo certificado</p>

6ª Alteração do PLANO COOPERATIVO DE PREVIDÊNCIA MAIS FUTURO

CNPB nº 2012.0018-74 – Modelo Certificado nº 2022.01



	<p>§ 4º. No caso de opção de recebimento da renda em Valor Escolhido, o valor será escolhido pelo Participante, observado o prazo mínimo estimado de 60 (sessenta) meses, o qual será estimado conforme fórmulas do parágrafo 1º deste artigo.</p>	<p>Parágrafo inserido a fim de permitir que o participante escolha um valor de benefício, no entanto deve ter um tempo estimado não inferior ao tempo mínimo de recebimento para o Benefício de Renda mensal. Texto ajustado ao modelo certificado</p>
<p>§ 3º. Os benefícios de renda mensal previstos neste Regulamento serão pagos em 12 (doze) parcelas anuais, à exceção do ano de início de recebimento da renda, do ano de falecimento do Assistido ou do fim do prazo de recebimento do benefício, em que o número de benefícios poderá ser inferior a <u>12 (doze)</u>.</p>	<p>§ 5º. Os benefícios de renda mensal previstos neste Regulamento serão pagos em 12 (doze) ou 13 (treze) parcelas anuais, de acordo com a opção do participante, à exceção do ano de início de recebimento da renda, do ano de falecimento do Assistido ou do fim do prazo de recebimento do benefício ou na extinção do Saldo de Conta, em que o número de benefícios poderá ser inferior.</p>	<p>Parágrafo renumerado e alterado a fim de prever o término do saldo da Conta, além de incluir o 13º benefício anual Texto ajustado ao modelo certificado</p>
	<p>§6º. O 13º benefício de renda mensal, referido no parágrafo anterior, será pago no mês de dezembro de cada ano e corresponderá a tantos 12 (doze) avos do valor da renda mensal quantos tenham sido os meses de recebimento do Benefício no ano.</p>	<p>Parágrafo inserido a fim de esclarecer a proporcionalidade do benefício do 13º Texto ajustado ao modelo certificado</p>

6ª Alteração do PLANO COOPERATIVO DE PREVIDÊNCIA MAIS FUTURO

CNPB nº 2012.0018-74 – Modelo Certificado nº 2022.01

<p>§ 4º. É permitida ao Participante ou Beneficiário a alteração do benefício de renda mensal requerida, a cada 3 (três) anos, desde que o benefício não resulte em valor inferior a quatro Unidades Previdenciárias (UP) prevista no Artigo 48 deste Regulamento.</p>	<p>§ 7º. É permitida ao Participante ou Beneficiário a alteração da forma de recebimento ou valor do benefício de renda mensal, podendo ser requerida uma vez por ano, desde que o benefício não resulte em valor inferior a quatro Unidades Previdenciárias (UP) prevista no Artigo 39 deste Regulamento.</p>	<p>Parágrafo renumerado e alterado a fim de flexibilizar ao participante a alteração do seu benefício de renda mensal. Texto ajustado ao modelo certificado</p>
	<p>§ 8º. É permitido ao Participante ou Beneficiário Assistido solicitar o cancelamento do Benefício de Renda Mensal e retorno à condição de Participante Ativo ou Suspenso, retomando a fase de acumulação a partir do Saldo de Conta remanescente que possuía na condição de Assistido.</p>	<p>Parágrafo inserido a fim de flexibilizar ao participante a suspensão do benefício e retomar as contribuições para aumentar o seu benefício de renda mensal, favorecendo o participante que por algum motivo não necessita do recebimento da renda naquele momento. Texto ajustado ao modelo certificado</p>
<p>§ 5º. Os benefícios de renda mensal serão descontados mensalmente do Saldo de Conta individual até sua extinção, quando cessarão todos os compromissos deste Plano com o Participante ou Beneficiários.</p>	<p>§9º. Os benefícios de renda mensal serão descontados mensalmente do Saldo de Conta individual até sua extinção, quando cessarão todos os compromissos deste PLANO com o Participante ou Beneficiários.</p>	<p>Renumerado Texto ajustado ao modelo certificado</p>
<p>§ 6º. O benefício de renda mensal pelo prazo certo será recalculado anualmente, <u>no mês de junho</u>, com base no Saldo de Conta e prazo remanescentes e a opção escolhida na data do requerimento do benefício, caso o Participante não tenha se manifestado por alterar a opção.</p>	<p>§10º. O benefício de renda mensal pelo prazo certo será recalculado mensalmente, com base no Saldo de Conta e prazo remanescentes do último dia do mês anterior e na opção escolhida na data do requerimento do benefício, caso o Participante não tenha se manifestado por alterar a opção.</p>	<p>Melhoria de texto Alteração da periodicidade de reajuste do benefício de anual para mensal Texto ajustado ao modelo certificado</p>

6ª Alteração do PLANO COOPERATIVO DE PREVIDÊNCIA MAIS FUTURO

CNPB nº 2012.0018-74 – Modelo Certificado nº 2022.01



<p>§ 7º. Os benefícios de renda mensal em Percentual serão reajustados anualmente, <u>no mês de junho</u>, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, e será paga até a extinção do Saldo de Conta Individual.</p>	<p>§ 11. Os benefícios de renda mensal em Percentual ou em Valor Escolhido pelo Participante serão reajustados mensalmente, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE do mês anterior ao pagamento do benefício, e serão pagos até a extinção do Saldo de Conta Individual.</p>	<p>Parágrafo alterado devido a inserção da nova forma com valor a ser escolhido pelo participante.</p> <p>Alteração da periodicidade de reajuste do benefício de anual para mensal Texto ajustado ao modelo certificado</p>
<p>SEÇÃO II</p>		
<p>DO BENEFÍCIO PROGRAMADO</p>	<p>Realocado</p>	<p>Texto alterado e realocado para o Art. 30 devido a unificação dos benefícios Programado por idade, por Invalidez e por Morte Texto ajustado ao modelo certificado</p>
<p>Art. 34. O Participante Ativo ou Vinculado será elegível ao Benefício Programado quando completar 55 (cinquenta e cinco) anos de idade.</p>	<p>Realocado</p>	<p>Texto realocado para Art. 30 devido a unificação dos benefícios Programado por idade, por Invalidez e por Morte Texto ajustado ao modelo certificado</p>
<p>Parágrafo Único. É permitida a antecipação do Benefício Programado ao Participante <u>Ativo</u>, a qualquer tempo, desde que o benefício não resulte em valor inferior a quatro Unidades Previdenciárias (UP) prevista no Artigo 48 deste Regulamento.</p>	<p>Excluído</p>	<p>Texto excluído devido a unificação dos benefícios Programado por idade, por Invalidez e por Morte Texto ajustado ao modelo certificado</p>
<p>Art. 35. O Benefício Programado consistirá numa renda mensal calculada na forma escolhida pelo Participante por uma das opções previstas no Artigo 36 deste Regulamento.</p>	<p>realocado</p>	<p>Texto realocado para Art. 32 devido a unificação dos benefícios Programado por idade, por Invalidez e por Morte Texto ajustado ao modelo certificado</p>

6ª Alteração do PLANO COOPERATIVO DE PREVIDÊNCIA MAIS FUTURO

CNPB nº 2012.0018-74 – Modelo Certificado nº 2022.01



Art. 36. O Participante Ativo ou Vinculado que adquirir o direito de recebimento do Benefício Programado deverá optar por uma das seguintes formas de pagamento:	Realocado	Texto realocado para Art. 32 devido a unificação dos benefícios Programado por idade, por Invalidez e por Morte Texto ajustado ao modelo certificado
I. Renda mensal por prazo certo, calculada com base no Saldo de Conta do Participante, pelo prazo de recebimento de no mínimo 10 (dez) anos;	Realocado	Texto realocado para Art. 32 devido a unificação dos benefícios Programado por idade, por Invalidez e por Morte Texto ajustado ao modelo certificado
II. Renda mensal equivalente a um percentual aplicado em seu Saldo de Conta.	Realocado	Texto realocado para Art. 32 devido a unificação dos benefícios Programado por idade, por Invalidez e por Morte
§ 1º. A renda mensal referida no Inciso I deste Artigo será obtida pela aplicação do Fator de Renda no Saldo de Conta, conforme disposto no Artigo 33.	Realocado	Texto realocado para o Art. 32 devido a unificação dos benefícios Programado por idade, por Invalidez e por Morte Texto ajustado ao modelo certificado
§ 2º. A renda mensal referida no Inciso II deste Artigo será obtida pela aplicação do Percentual no Saldo de Conta, conforme disposto no Artigo 33.	Realocado	Texto realocado para Art. 32 devido a unificação dos benefícios Programado por idade, por Invalidez e por Morte Texto ajustado ao modelo certificado
SEÇÃO III	Excluído	Seção excluída devido a unificação dos benefícios Programado por idade, por Invalidez e por Morte Texto ajustado ao modelo certificado
DO BENEFÍCIO POR INVALIDEZ	Excluído	Benefício excluído devido a unificação dos benefícios Programado por idade, por Invalidez e por Morte
Art. 37. O Benefício por Invalidez será devido ao Participante que esteja aposentado por invalidez pela Previdência Social.	Realocado	Texto realocado para o § 2º do Art. 30 devido a unificação dos benefícios Programado por idade, por Invalidez e por Morte

6ª Alteração do PLANO COOPERATIVO DE PREVIDÊNCIA MAIS FUTURO

CNPB nº 2012.0018-74 – Modelo Certificado nº 2022.01



§ 1º. Na hipótese do Participante estar recebendo benefício de natureza distinta da invalidez pela Previdência Social, a invalidez será comprovada pelo Participante mediante laudo exarado por um clínico.	Realocado	Texto realocado para o § 2º do Art. 30 devido a unificação dos benefícios Programado por idade, por Invalidez e por Morte Texto ajustado ao modelo certificado
§ 2º. Em caso do Participante referido no parágrafo anterior ser optante da contribuição do Seguro de Risco, a comprovação da invalidez dependerá das disposições contratuais constantes da apólice da seguradora conveniada.	Realocado	Texto realocado para o § 3º do Art. 30 devido a unificação dos benefícios Programado por idade, por Invalidez e por Morte Texto ajustado ao modelo certificado
Art. 38. O Participante Ativo que se invalidar terá direito a receber o Benefício por Invalidez e poderá optar por uma das seguintes formas de pagamento:	Excluído	Texto excluído devido a unificação dos benefícios Programado por idade, por Invalidez e por Morte Texto ajustado ao modelo certificado
I. Renda mensal por prazo certo, calculada com base no Saldo de Conta do Participante, pelo prazo de recebimento de no mínimo 10 (dez) anos;	Excluído	Texto excluído devido a unificação dos benefícios Programado por idade, por Invalidez e por Morte Texto ajustado ao modelo certificado
II. Renda mensal equivalente a um percentual aplicado em seu Saldo de Conta.	Excluído	Texto excluído devido a unificação dos benefícios Programado por idade, por Invalidez e por Morte
§ 1º. A renda mensal referida no Inciso I deste Artigo será obtida pela aplicação do Fator de Renda no Saldo de Conta, conforme disposto no Artigo 33.	Excluído	Texto excluído devido a unificação dos benefícios Programado por idade, por Invalidez e por Morte Texto ajustado ao modelo certificado
§ 2º. A renda mensal referida no Inciso II deste Artigo será obtida pela aplicação do Percentual no Saldo de Conta, conforme disposto no Artigo 33.	Excluído	Texto excluído devido a unificação dos benefícios Programado por idade, por Invalidez e por Morte Texto ajustado ao modelo certificado

6ª Alteração do PLANO COOPERATIVO DE PREVIDÊNCIA MAIS FUTURO

CNPB nº 2012.0018-74 – Modelo Certificado nº 2022.01



SEÇÃO IV	Excluído	
DO BENEFÍCIO POR MORTE DO PARTICIPANTE ATIVO	Excluído	Texto excluído devido a unificação dos benefícios Programado por idade, por Invalidez e por Morte Texto ajustado ao modelo certificado
Art. 39. O Benefício por Morte de Participante Ativo, Vinculado ou Suspenso será devido a seus Beneficiários, conforme definido no Artigo 4º deste Regulamento, em razão do falecimento do Participante Ativo.	Realocado	Texto realocado para o § 3º do Art. 30 devido a unificação dos benefícios Programado por idade, por Invalidez e por Morte Texto ajustado ao modelo certificado
Art. 40. O Benefício por Morte de Participante Ativo, Vinculado ou Suspenso será calculado com base no Saldo de Conta do Participante, observado o disposto no parágrafo 2º do Artigo 29.	Excluído	Texto excluído devido a unificação dos benefícios Programado por idade, por Invalidez e por Morte Texto ajustado ao modelo certificado
§ 1º. O Benefício por Morte de Participante Ativo, Vinculado ou Suspenso será pago na proporção percentual entre os Beneficiários definidos por escrito pelo Participante no ato da inscrição conforme previsto no parágrafo 4º do Artigo 3º deste Regulamento.	Excluído	Texto ajustado ao modelo certificado
§ 2º. Em caso de apresentação de novos Beneficiários, sob determinação judicial, processar-se-á novo cálculo sobre o Saldo de Conta remanescente, e novo rateio do Benefício por Morte, considerando a nova composição de Beneficiários, desconsiderando-se quaisquer pagamentos retroativos.	Realocado	Texto realocado para o §4º do artigo 30 devido a unificação dos benefícios Programado por idade, por Invalidez e por Morte Texto ajustado ao modelo certificado

6ª Alteração do PLANO COOPERATIVO DE PREVIDÊNCIA MAIS FUTURO

CNPB nº 2012.0018-74 – Modelo Certificado nº 2022.01



<p>Art. 41. Quando ocorrer a cessação do pagamento da renda previsto no Artigo anterior, em virtude da morte de qualquer Beneficiário, o Saldo de Conta remanescente relativo ao Beneficiário falecido, será pago, em uma única vez aos seus herdeiros legais mediante apresentação de alvará judicial específico exarado nos autos de ação de inventário ou arrolamento correspondente.</p>	<p>Realocado</p>	<p>Texto realocado para o §5º do artigo 30 devido a unificação dos benefícios Programado por idade, por Invalidez e por Morte Texto ajustado ao modelo certificado</p>
<p>Art. 42. Na falta de Beneficiários, o saldo existente na Conta Individual será pago aos herdeiros legais do Participante, conforme definidos na lei civil.</p>	<p>Realocado</p>	<p>Texto realocado para o §6º do artigo 29 devido a unificação dos benefícios Programado por idade, por Invalidez e por Morte Texto ajustado ao modelo certificado</p>
<p>Art. 43. O Beneficiário que tiver direito a receber o Benefício por Morte de Participante Ativo, Vinculado ou Suspenso poderá optar, observadas as respectivas proporções percentuais de direito de benefício, conforme disposto no parágrafo 4º do Artigo 3º e Artigo 4º, por uma das seguintes formas de pagamento:</p>	<p>Excluído</p>	<p>Texto excluído devido a unificação dos benefícios Programado por idade, por Invalidez e por Morte Texto ajustado ao modelo certificado</p>
<p>I. Renda mensal por prazo certo, calculada com base no Saldo de Conta do Participante falecido pelo prazo de recebimento de, no mínimo, 10 (dez) anos;</p>	<p>Excluído</p>	<p>Texto excluído devido a unificação dos benefícios Programado por idade, por Invalidez e por Morte Texto ajustado ao modelo certificado</p>
<p>II. Renda mensal equivalente a um percentual aplicado em seu Saldo de Conta.</p>	<p>Excluído</p>	<p>Texto excluído devido a unificação dos benefícios Programado por idade, por Invalidez e por Morte Texto ajustado ao modelo certificado</p>

6ª Alteração do PLANO COOPERATIVO DE PREVIDÊNCIA MAIS FUTURO

CNPB nº 2012.0018-74 – Modelo Certificado nº 2022.01



§ 1º. A renda mensal referida nos Inciso I deste Artigo será obtida pela aplicação do Fator de Renda no Saldo de Conta, conforme disposto no Artigo 33.	Excluído	Texto excluído devido a unificação dos benefícios Programado por idade, por Invalidez e por Morte Texto ajustado ao modelo certificado
§ 2º. A renda mensal referida no Inciso II deste Artigo será obtida pela aplicação do Percentual no Saldo de Conta, conforme disposto no Artigo 33.	Excluído	Texto excluído devido a unificação dos benefícios Programado por idade, por Invalidez e por Morte Texto ajustado ao modelo certificado
§ 3º. Na inexistência de Beneficiário Indicado, Legal ou Herdeiro, o Saldo de Conta remanescente será revertido para o Fundo Previdenciário específico e, se não requerido no prazo de 5 (cinco) anos, poderá ser utilizado em benefício dos demais Participantes.	Realocado	Texto realocado para o §7º do artigo 30 devido a unificação dos benefícios Programado por idade, por Invalidez e por Morte Texto ajustado ao modelo certificado
SEÇÃO V	Excluído	
DO BENEFICIO POR MORTE DE ASSISTIDO	Excluído	Texto excluído devido a unificação dos benefícios Programado por idade, por Invalidez e por Morte Texto ajustado ao modelo certificado
Art. 44. O Benefício por Morte de Assistido será devido aos seus Beneficiários, conforme definido no Artigo 4º deste Regulamento, em razão do falecimento do Assistido que estava recebendo renda mensal de Benefício Programado ou por Invalidez.	Excluído	Texto excluído devido a unificação dos benefícios Programado por idade, por Invalidez e por Morte Texto ajustado ao modelo certificado
Art. 45. O Benefício por Morte do Assistido em gozo de Benefício Programado ou por Invalidez será equivalente à reversão de 100% (cem por cento) do Benefício que o Participante falecido recebia deste Plano, no mês de falecimento, ou	Excluído	Texto excluído devido a unificação dos benefícios Programado por idade, por Invalidez e por Morte Texto ajustado ao modelo certificado

6ª Alteração do PLANO COOPERATIVO DE PREVIDÊNCIA MAIS FUTURO

CNPB nº 2012.0018-74 – Modelo Certificado nº 2022.01

poderá optar por uma das seguintes formas de pagamento:		
I. Renda mensal por prazo certo, calculada com base no Saldo de Conta remanescente do Participante falecido, por prazo de recebimento escolhido pelo Beneficiário;	Excluído	Texto excluído devido a unificação dos benefícios Programado por idade, por Invalidez e por Morte Texto ajustado ao modelo certificado
II. Renda mensal equivalente a um percentual aplicado no Saldo de Conta remanescente do Participante falecido, limitado a 1%.	Excluído	Texto excluído devido a unificação dos benefícios Programado por idade, por Invalidez e por Morte Texto ajustado ao modelo certificado
§ 1º. O Benefício por Morte de Assistido, referido no caput deste Artigo, continuará a ser pago aos Beneficiários Indicados ou Legais até o final do prazo escolhido pelo Participante falecido.	Excluído	Texto excluído devido a unificação dos benefícios Programado por idade, por Invalidez e por Morte Texto ajustado ao modelo certificado
§ 2º. O Benefício por Morte de Assistido será pago na proporção percentual entre os Beneficiários, caso tenha sido definido por escrito pelo Participante conforme previsto no parágrafo 4º do Artigo 3º deste Regulamento.	Excluído	Texto excluído devido a unificação dos benefícios Programado por idade, por Invalidez e por Morte Texto ajustado ao modelo certificado
§ 3º. Em caso de apresentação de novos Beneficiários, sob determinação judicial, processar-se-á novo cálculo sobre o Saldo de Conta remanescente, e novo rateio do Benefício por Morte, considerando a nova composição de Beneficiários, desconsiderando-se quaisquer pagamentos retroativos.	Excluído	Texto excluído devido a unificação dos benefícios Programado por idade, por Invalidez e por Morte Texto ajustado ao modelo certificado

6ª Alteração do PLANO COOPERATIVO DE PREVIDÊNCIA MAIS FUTURO

CNPB nº 2012.0018-74 – Modelo Certificado nº 2022.01



<p>Art. 46. Quando ocorrer a cessação do pagamento do benefício previsto no Artigo anterior, em virtude da morte de qualquer Beneficiário, será efetuado novo rateio, de acordo com o saldo remanescente do Saldo de Conta relativo ao Beneficiário falecido, considerando a nova composição de Beneficiários.</p>	<p>Realocado</p>	<p>Texto realocado para o §5º do artigo 30 devido a unificação dos benefícios Programado por idade, por Invalidez e por Morte Texto ajustado ao modelo certificado</p>
<p>Art. 47. Na falta de Beneficiários, o Saldo de Conta remanescente será pago aos herdeiros legais do Participante mediante apresentação de alvará judicial específico exarado nos autos de ação de inventário ou arrolamento correspondente.</p>	<p>Excluído</p>	<p>Texto excluído devido a unificação dos benefícios Programado por idade, por Invalidez e por Morte Texto ajustado ao modelo certificado</p>
<p>§ 1º. Na inexistência de Beneficiário Indicado ou Legal, conforme referido no parágrafo anterior, o Saldo de Conta remanescente relativo ao Participante falecido, será pago, em uma única vez, aos seus herdeiros legais mediante apresentação de alvará judicial específico exarado nos autos de ação de inventário ou arrolamento correspondente.</p>	<p>Excluído</p>	<p>Texto excluído devido a unificação dos benefícios Programado por idade, por Invalidez e por Morte Texto ajustado ao modelo certificado</p>
<p>§ 2º. Na inexistência de Beneficiário Indicado, Legal ou Herdeiro, o Saldo de Conta remanescente será revertido para o Fundo Previdenciário específico e, se não requerido no prazo de 5 (cinco) anos, poderá ser utilizado em benefício dos demais Participantes.</p>	<p>Excluído</p>	<p>Texto excluído devido a unificação dos benefícios Programado por idade, por Invalidez e por Morte Texto ajustado ao modelo certificado</p>

6ª Alteração do PLANO COOPERATIVO DE PREVIDÊNCIA MAIS FUTURO

CNPB nº 2012.0018-74 – Modelo Certificado nº 2022.01

SEÇÃO VI	SEÇÃO V	
DO VALOR E DA ATUALIZAÇÃO DA UNIDADE PREVIDENCIÁRIA		
<p>Art. 48. O valor da Unidade Previdenciária (UP), válida em 1º de janeiro de 2015, será igual a R\$ 50,00 (cinquenta reais), reajustada anualmente, no mês de janeiro, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro índice que venha substituí-lo, <u>do período de dezembro a novembro de cada ano.</u></p>	<p>Art. 39. O valor da Unidade Previdenciária (UP), válida em 1º de abril de 2022, será igual a R\$ 75,00 (setenta e cinco reais), reajustada anualmente, conforme definido no Plano de Custeio anual, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro índice que venha substituí-lo.</p>	<p>Alteração do Art. objetivando sincronizar o reajuste da UP com o reajuste das contribuições – na mesma data de aplicação do Plano de Custeio (atualmente em 1º de abril) Texto ajustado ao modelo certificado</p>
<p>Parágrafo Único. O INPC será aplicado com defasagem de 01 (um) mês e, no caso de sua extinção, será substituído por índice proposto atuarialmente, após aprovação do Conselho de Deliberativo.</p>	<p>§1º. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC será aplicado com defasagem de 01 (um) mês e, no caso de sua extinção, será substituído por índice proposto atuarialmente, após aprovação do Conselho de Deliberativo.</p>	<p>Melhoria de texto Texto ajustado ao modelo certificado</p>
	<p>§2º. Quando aplicado o reajuste sobre a Unidade Previdenciária (UP), o resultado do valor reajustado poderá ser arredondado para mais ou para menos, desde que o arredondamento não resulte em valor superior a 10% (dez por cento) do valor da Unidade Previdenciária (UP).</p>	<p>Parágrafo incluído para permitir a aplicação de arredondamento da UP a fim de simplificar a comunicação com o participante. Texto ajustado ao modelo certificado</p>

6ª Alteração do PLANO COOPERATIVO DE PREVIDÊNCIA MAIS FUTURO

CNPB nº 2012.0018-74 – Modelo Certificado nº 2022.01



CAPÍTULO VII	CAPÍTULO VII	
SEGURO DE RISCO	DO SEGURO DE RENDA	Alteração do termo “Risco” para “Renda”
<p>Art. 49. O Seguro de Risco (SR) é o valor adicional e facultativo destinado a compor os Benefícios por Invalidez e por Morte de Participante Ativo, previstos nas Seções III e IV do CAPÍTULO VI deste Regulamento, e será calculado de acordo com a seguinte fórmula:</p>	<p>Art. 40. O Seguro de Renda (SR) é o valor adicional e facultativo destinado a compor Benefício de Renda Mensal por Invalidez de Participante Ativo e por Morte de Participante Ativo e Assistido ou por Sobrevivência, previsto na Seção I do CAPÍTULO VI deste Regulamento.</p>	<p>Renumerado e texto do Art. alterado devido a unificação dos benefícios Programado por idade, por Invalidez e por Morte e inserção do Seguro por Sobrevivência.</p> <p>Alteração do termo “Risco” para “Renda”. Texto ajustado ao modelo certificado</p>
<p>SR = RP x S onde, RP = Hipótese de Renda Pretendida pelo Participante. S = Fator de Capitalização = $\frac{1 - (1+i)^{-n}}{i}$, onde: “n” é o número de meses correspondente à diferença entre 100 e a idade do Participante no momento do cálculo da contratação ou recontração do capital segurado; “i” é a taxa de juros mensal utilizada como rentabilidade mínima para capitalização do Seguro de Risco, equivalente à taxa de juros do Plano, definida anualmente.</p>	<p>§ 1º. As coberturas do Seguro de Renda para compor o Benefício de Renda Mensal por Invalidez de Participante Ativo e por Morte de Participante Ativo e Assistido referida no caput, assim como o recolhimento das respectivas contribuições, ficam condicionadas à existência de contrato válido entre o FUNDO MAIS FUTURO e Sociedade Seguradora, bem como à aceitação do Participante ou Assistido na qualidade de segurado quanto à respectiva cobertura.</p>	<p>Texto do parágrafo alterado a fim de distinguir o custeio mensal dos prêmios do Seguro de Invalidez e Morte do custeio em pagamento único do prêmio de Seguro por Sobrevivência.</p> <p>Exclusão da fórmula de cálculo a fim de simplificar a contratação, uma vez que a cobertura sempre será um valor escolhido pelo participante.</p> <p>Texto ajustado ao modelo certificado</p>
<p>§ 1º. O valor estabelecido na fórmula acima representa 100% do capital segurado para Invalidez e 70% do capital segurado para Morte, respeitando os limites estabelecidos pela Seguradora.</p>	<p>Excluído</p>	<p>Parágrafo excluído devido a alteração do §1º Texto ajustado ao modelo certificado</p>

6ª Alteração do PLANO COOPERATIVO DE PREVIDÊNCIA MAIS FUTURO

CNPB nº 2012.0018-74 – Modelo Certificado nº 2022.01

<p>§ 2º. Por opção do Participante, o capital segurado estabelecido neste Artigo poderá ser menor do que o limite estabelecido no parágrafo anterior.</p>	<p>Excluído</p>	<p>Parágrafo excluído devido a alteração do §1º Texto ajustado ao modelo certificado</p>
<p>§ 3º. O capital segurado será redefinido anualmente <u>pela fórmula do <i>caput</i> deste Artigo, considerando a Hipótese de Renda Pretendida pelo Participante reajustada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, descontado o saldo da Subconta formado por Contribuição Normal do Participante, respeitado os limites estabelecidos pela Seguradora.</u></p>	<p>Excluído</p>	<p>Parágrafo alterado devido alteração do §1º Texto ajustado ao modelo certificado</p>
	<p>§ 2º. O custeio da cobertura por sobrevivência prevista no caput deste artigo, consistirá no repasse pelo FUNDO MAIS FUTURO à Sociedade Seguradora, na data de concessão do Benefício de Renda Mensal, de parcela do Saldo de Conta do Participante, em valor correspondente à cobertura securitária contratada pelo Participante.</p>	<p>Parágrafo inserido para prever a cobertura de Seguro por Sobrevivência Texto ajustado ao modelo certificado</p>

6ª Alteração do PLANO COOPERATIVO DE PREVIDÊNCIA MAIS FUTURO

CNPB nº 2012.0018-74 – Modelo Certificado nº 2022.01



	<p>§ 3º. As indenizações recebidas pelo FUNDO MAIS FUTURO da Sociedade Seguradora em decorrência da cobertura por sobrevivência prevista no caput deste artigo, serão convertidas em renda mensal nas condições pactuadas com a Sociedade Seguradora, estando a responsabilidade do FUNDO MAIS FUTURO limitada ao valor da indenização recebida relacionada a cada Assistido que aderiu ao seguro.</p>	<p>Parágrafo inserido para prever a cobertura de Seguro por Sobrevivência Texto ajustado ao modelo certificado</p>
<p>Art. 50. Para fins de garantia do valor adicional do Seguro de Risco, o FUNDO PARANÁ firmará convênio, no dia 1º de julho de cada ano, com uma Sociedade Seguradora autorizada a funcionar no País, na condição de representante legal dos Participantes e/ou de seus Beneficiários, assumindo como contratante ou estipulante do capital segurado.</p>	<p>Art. 41. Para fins de garantia do valor adicional do Seguro de Renda, o FUNDO MAIS FUTURO firmará convênio com uma Sociedade Seguradora autorizada a funcionar no País, na condição de representante legal dos Participantes e/ou de seus Beneficiários, assumindo como contratante ou estipulante do capital segurado.</p>	<p>Alteração da Razão Social da Entidade Exclusão da data para simplificar a operacionalização Texto ajustado ao modelo certificado</p>
<p>§ 1º. O valor adicional de que trata o caput deste Artigo será destinado à cobertura do valor do Seguro de Risco (SR) decorrente da concessão do Benefício por Invalidez ou por Morte do Participante <u>Ativo</u> que tenha optado pelo Seguro de Risco conforme disposto no Artigo 49 deste Regulamento.</p>	<p>§ 1º. O valor adicional de que trata o caput deste Artigo será destinado à cobertura do valor do Seguro de Renda (SR) decorrente da concessão do Benefício de Renda Mensal por Invalidez ou por Morte ou por Sobrevivência do Participante que tenha optado pelo Seguro de Renda conforme disposto no Artigo 40 deste Regulamento.</p>	<p>Parágrafo alterado devido a unificação dos benefícios Programado por idade, por Invalidez e por Morte e inclusão da cobertura de risco por sobrevivência Texto ajustado ao modelo certificado</p>

6ª Alteração do PLANO COOPERATIVO DE PREVIDÊNCIA MAIS FUTURO

CNPB nº 2012.0018-74 – Modelo Certificado nº 2022.01



<p>§ 2º. Em caso da ocorrência dos eventos de Invalidez ou Morte de Participante Ativo, o valor do Seguro de Risco (SR) será repassado pela Sociedade Seguradora conveniada ao FUNDO PARANÁ, dando plena e restrita quitação, que creditará o valor no Saldo de Conta do respectivo Participante e/ou de seus Beneficiários, no PLANO MAIS FUTURO.</p>	<p>§ 2º. Em caso da ocorrência dos eventos de Invalidez ou Morte de Participante Ativo, o valor do Seguro de Renda (SR) será repassado pela Sociedade Seguradora conveniada ao FUNDO MAIS FUTURO, dando plena e restrita quitação, que creditará o valor no Saldo de Conta do respectivo Participante e/ou de seus Beneficiários, no PLANO.</p>	<p>Alteração da Razão Social da Entidade e do termo “Risco” para “Renda” Texto ajustado ao modelo certificado</p>
<p>§ 3º. A contribuição definida pela Sociedade Seguradora, destinada ao custeio do Seguro de Risco, conforme estabelecido no caput deste Artigo, será paga pelo Participante ao FUNDO PARANÁ que repassará mensalmente à Sociedade Seguradora conveniada para quitação da contribuição, mantendo controle dos respectivos valores nas informações cadastrais do Participante.</p>	<p>§ 3º. A contribuição estabelecida pela Sociedade Seguradora, destinada ao custeio do Seguro de Renda por Morte e por Invalidez, conforme estabelecido no caput deste Artigo, será paga pelo Participante ou por Pessoa Jurídica Vinculada ao FUNDO MAIS FUTURO, que repassará mensalmente à Sociedade Seguradora conveniada para quitação da contribuição, mantendo controle dos respectivos valores nas informações cadastrais do Participante.</p>	<p>Parágrafo alterado para distinguir o custeio da cobertura de risco por Invalidez e por Morte da cobertura de risco por sobrevivência Alteração da Razão Social da Entidade Texto ajustado ao modelo certificado</p>
<p>§ 4º. O valor adicional proveniente do Seguro de Risco previsto no caput deste Artigo será apurado no mês de junho de cada ano, ocasião em que o valor apurado nos termos do Artigo 49 será fixado individualmente para cada Participante para cobertura do período dos 12 (doze) meses seguintes.</p>	<p>§ 4º. O valor adicional proveniente do Seguro de Renda por Morte e por Invalidez, previsto no caput deste Artigo, será apurado anualmente na data prevista em contrato particular com a Sociedade Seguradora conveniada, ocasião em que o valor apurado nos termos do Artigo 40 será fixado individualmente para cada Participante para cobertura do período dos 12 (doze) meses seguintes.</p>	<p>Parágrafo alterado para distinguir o custeio da cobertura de risco por Invalidez e por Morte da cobertura de risco por sobrevivência Sincronizar data de reajuste do Seguro de Renda com as demais contribuições aplicadas no Plano de custeio anual Texto ajustado ao modelo certificado</p>

6ª Alteração do PLANO COOPERATIVO DE PREVIDÊNCIA MAIS FUTURO

CNPB nº 2012.0018-74 – Modelo Certificado nº 2022.01



<p>Art. 51. Para os Participantes que ingressarem no PLANO MAIS FUTURO, após a fixação anual do Seguro de Risco, considerar-se-á a data do efetivo ingresso ao Plano para fins de apuração do valor adicional do Seguro de Risco proporcional aos meses restantes até o próximo convênio com a Sociedade Seguradora.</p>	<p>Art. 42. Para os Participantes que ingressarem no PLANO, após a fixação anual do Seguro de Renda, considerar-se-á a data do efetivo ingresso ao PLANO para fins de apuração do valor adicional do Seguro de Renda proporcional aos meses restantes até o próximo convênio com a Sociedade Seguradora.</p>	<p>Alteração do termo Risco para Renda Texto ajustado ao modelo certificado</p>
<p>Art. 52. O Participante não terá direito ao Seguro de Risco nos casos de inadimplência no pagamento da contribuição para esta cobertura, de opção pelo Benefício Proporcional Diferido ou de cancelamento da inscrição por um dos motivos previstos nos Incisos I, III e IV do Artigo 5º deste Regulamento.</p>	<p>Art. 43. O Participante ou Assistido não terá direito ao Seguro de Renda nos casos de inadimplência no pagamento da contribuição para esta cobertura, de opção pelo Benefício Proporcional Diferido ou de cancelamento da inscrição por um dos motivos previstos nos Incisos I, III e IV do Artigo 5º deste Regulamento.</p>	<p>Ajuste do texto para inclusão de Seguro de Renda para o Assistido Texto ajustado ao modelo certificado</p>
<p style="text-align: center;">CAPÍTULO VIII DO PLANO DE CUSTEIO</p>	<p style="text-align: center;">CAPÍTULO VIII</p>	<p>Renumerado</p>
<p>Art. 53. Os benefícios deste Plano serão custeados por meio de:</p>	<p>Art. 44. Os benefícios deste PLANO serão custeados por meio de:</p>	<p>Renumerado Texto ajustado ao modelo certificado</p>
<p>I. Contribuição Normal;</p>		
<p>II. Contribuição Adicional, mensal ou eventual, e;</p>	<p>II. Contribuição Adicional, mensal ou eventual;</p>	<p>Ajuste de texto devido a inserção de mais um Inciso</p>

6ª Alteração do PLANO COOPERATIVO DE PREVIDÊNCIA MAIS FUTURO

CNPB nº 2012.0018-74 – Modelo Certificado nº 2022.01



<p>III. Contribuição de Risco do Participante que optar por compor o Seguro de Risco previsto no Artigo 49 deste Regulamento, de caráter mensal e obrigatório, na forma e valor individual e anualmente estabelecido pela Sociedade Seguradora conveniada para este fim.</p>	<p>III. Contribuição de Risco do Participante que optar por compor o Seguro de Renda previsto no Artigo 40 deste Regulamento, de caráter mensal e obrigatório, na forma e valor individual e anualmente estabelecido pela Sociedade Seguradora conveniada para este fim; e</p>	<p>Alteração do termo “Risco” para “Renda” Texto ajustado ao modelo certificado</p>
	<p>IV. Contribuição de Assistido, de caráter mensal ou eventual, para o seu saldo de conta.</p>	<p>Inserção de Inciso a fim de flexibilizar ao assistido a possibilidade de contribuir para aumentar o seu saldo de conta e aumentar seu benefício de renda mensal Texto ajustado ao modelo certificado</p>
<p>Art. 54. A Contribuição Normal, de caráter mensal, de valor livremente escolhido pelo Participante, <u>porém, não inferior a Unidade Previdenciária (UP)</u>, mediante opção formal <u>por escrito</u> ao FUNDO PARANÁ, em formulário próprio.</p>	<p>Art. 45. A Contribuição Normal, de caráter mensal, será de valor livremente escolhido pelo Participante, mediante opção formal ao FUNDO MAIS FUTURO, em formulário próprio.</p>	<p>Alteração da Razão Social da Entidade Flexibilização no valor da contribuição Texto ajustado ao modelo certificado</p>
<p>§ 1º. A Contribuição Normal vertida por Pessoa Jurídica Vinculada ao FUNDO PARANÁ, em nome de Participante do PLANO MAIS FUTURO, será realizada conforme instrumento contratual específico, celebrado entre as partes.</p>	<p>§ 1º. A Contribuição Normal e/ou Contribuição de Risco para compor o Seguro de Renda previsto no Artigo 39 deste Regulamento, vertida por Pessoa Jurídica Vinculada ao FUNDO MAIS FUTURO, em nome de Participante do PLANO, será realizada conforme instrumento contratual específico, celebrado entre as partes.</p>	<p>Alteração da Razão Social da Entidade e previsão de contribuição de risco realizada pela Pessoa Jurídica Texto ajustado ao modelo certificado</p>

6ª Alteração do PLANO COOPERATIVO DE PREVIDÊNCIA MAIS FUTURO

CNPB nº 2012.0018-74 – Modelo Certificado nº 2022.01



<p>§ 2º. A Contribuição Normal será vertida ao PLANO MAIS FUTURO em 12 (doze) contribuições mensais, observado o mês em que o Participante adere ao Plano, suspende ou retoma contribuição ao Plano, opta por um dos institutos do Plano ou inicia um dos benefícios do Plano, casos em que o número de contribuições poderá ser inferior a 12 (doze).</p>	<p>§ 2º. A Contribuição Normal será vertida ao PLANO em 12 (doze) contribuições mensais, observado o mês em que o Participante adere ao PLANO, suspende ou retoma contribuição ao PLANO, opta por um dos institutos do PLANO ou inicia um dos benefícios do PLANO, casos em que o número de contribuições poderá ser inferior a 12 (doze).</p>	<p>Texto ajustado ao modelo certificado</p>
	<p>§3º. A Contribuição Normal e a Contribuição Adicional Mensal serão reajustadas conforme estabelecido no Plano de Custeio anual.</p>	<p>Parágrafo inserido objetivando esclarecer que as contribuições são reajustadas de acordo com o Plano de Custeio Texto ajustado ao modelo certificado</p>
<p>Art. 55. O valor da Contribuição Normal deverá ser definido no dia do ingresso do Participante no PLANO MAIS FUTURO, podendo ser alterado quando solicitado pelo Participante.</p>	<p>Art. 46. O valor da Contribuição Normal deverá ser definido no dia do ingresso do Participante no PLANO, podendo ser alterado quando solicitado pelo Participante.</p>	<p>Renumerado Texto ajustado ao modelo certificado</p>
<p>Art. 56. A Contribuição Adicional, de caráter facultativo, corresponderá a um valor livremente escolhido pelo Participante ou por Pessoa Jurídica Vinculada.</p>	<p>Art. 47. A Contribuição Adicional, de caráter facultativo, corresponderá a um valor livremente escolhido pelo Participante, Assistido ou por Pessoa Jurídica Vinculada.</p>	<p>Renumerado, incluindo a possibilidade do assistido efetuar aportes adicionais para melhoria da sua renda mensal Texto ajustado ao modelo certificado</p>
<p>Parágrafo Único. A Contribuição Adicional vertida por Pessoa Jurídica Vinculada ao FUNDO PARANÁ, em nome de Participante do PLANO MAIS FUTURO, será realizada conforme instrumento contratual específico, celebrado entre as partes.</p>	<p>Parágrafo Único. A Contribuição Adicional vertida por Pessoa Jurídica Vinculada ao FUNDO MAIS FUTURO, em nome de Participante do PLANO, será realizada conforme instrumento contratual específico, celebrado entre as partes.</p>	<p>Alteração da Razão Social da Entidade Texto ajustado ao modelo certificado</p>

6ª Alteração do PLANO COOPERATIVO DE PREVIDÊNCIA MAIS FUTURO

CNPB nº 2012.0018-74 – Modelo Certificado nº 2022.01

<p>Art. 57. Os recursos recebidos de outros Planos de Benefícios, a Contribuições Normal ou Adicional, do Participante ou de Pessoa Jurídica Vinculada, terão controle em separado nas respectivas Subcontas do Participante e registro contábil específico, até a data da concessão de um dos benefícios previstos neste Regulamento.</p>	<p>Art. 48. Os recursos recebidos de outros Planos de Benefícios, a Contribuição Normal ou Adicional, do Participante ou de Pessoa Jurídica Vinculada, terão controle em separado nas respectivas Subcontas do Participante e registro contábil específico, até a data da concessão de um dos benefícios previstos neste Regulamento.</p>	<p>Renumerado</p>
<p>Art. 58. Será assegurado ao Participante alterar ou suspender, a qualquer momento, sua Contribuição Normal ao PLANO MAIS FUTURO.</p>	<p>Art. 49. Será assegurado ao Participante alterar ou suspender por um prazo não superior a 60 (sessenta) meses, a qualquer momento, sua Contribuição Normal ao PLANO.</p>	<p>Renumerado Incluído limite de prazo da suspensão das contribuições Texto ajustado ao modelo certificado</p>
<p>Parágrafo Único. A solicitação da alteração referida no caput deste Artigo deverá ser formulada por escrito.</p>	<p>§1º. A solicitação da alteração referida no caput deste Artigo deverá ser formalizada.</p>	<p>Alteração devido a tendência de digitalização dos processos Texto ajustado ao modelo certificado</p>
	<p>§2º. O Participante que solicitar a suspensão de contribuição referida no caput deste Artigo passará para condição de Participante Suspenso enquanto não estiver contribuindo, perdendo direito a cobertura do Seguro de Renda, caso não mantenha a contribuição para este fim.</p>	<p>Inclusão da situação do participante que não contribui Texto ajustado ao modelo certificado</p>
	<p>§3º. O Participante que optar por suspender as contribuições estará obrigado a contribuir mensalmente para o custeio das despesas administrativas conforme definido no Plano de Custeio Anual.</p>	<p>Inclusão da responsabilidade pelo custeio das despesas administrativas do Participante que não contribui Texto ajustado ao modelo certificado</p>

6ª Alteração do PLANO COOPERATIVO DE PREVIDÊNCIA MAIS FUTURO

CNPB nº 2012.0018-74 – Modelo Certificado nº 2022.01

<p>Art. 59. As despesas administrativas serão custeadas pelos Participantes Ativos, Vinculados, Suspensos, Assistidos, Beneficiários e eventualmente por Pessoa Jurídica Vinculada, mediante taxa de custeio administrativo, definida no Plano de Custeio aprovado pelo Conselho Deliberativo, observada a legislação vigente.</p>	<p>Art. 50. As fontes de custeio das despesas administrativas, relacionadas com a gestão do PLANO, serão estabelecidas no Plano de Custeio anual, observadas as fontes estabelecidas pelo órgão regulador e fiscalizador.</p>	<p>Art. alterado a fim de melhoria de entendimento e esclarecimento quanto às fontes de custeio administrativo. Texto ajustado ao modelo certificado</p>
<p>§ 1º. A taxa de custeio administrativo referida no caput deste Artigo será obtida pela razão entre o total anual da despesa administrativa, previsto no orçamento anual de todos os planos administrados pelo FUNDO PARANÁ, descontados os valores estabelecidos em contrato específico com Pessoa Jurídica Vinculada, que estabelecerá valores e formas de pagamento para custeio de despesas específicas dos Planos, pelo total anual da receita de Contribuição Normal de Participante, Patrocinadora e Pessoa Jurídica Vinculada, previsto no orçamento anual de todos os planos administrados pelo FUNDO PARANÁ, descontados valores oriundos de resultados de investimentos e limitado a um percentual estabelecido como indicativo de mercado pelo Conselho Deliberativo.</p>	<p>§ 1º A Taxa de Carregamento para o custeio das despesas administrativas, se instituída, incidirá sobre a contribuição Normal e Adicional de Participante e sobre o valor da renda mensal percebida pelo Assistido, cujos percentuais serão definidos anualmente no Plano de Custeio e aprovados pelo órgão estatutário competente do FUNDO MAIS FUTURO, observados os limites e critérios estabelecidos pelo órgão regulador e fiscalizador.</p>	<p>Art. alterado a fim de melhoria de entendimento e maior clareza do texto, remetendo aos órgãos estatutários definir anualmente a taxa de custeio administrativo e estabelecer no plano de custeio anual. Texto ajustado ao modelo certificado</p>
	<p>§ 2º A Taxa de Administração para o custeio das despesas administrativas, se instituída, corresponderá a um percentual incidente sobre o montante dos recursos</p>	<p>Parágrafo inserido devido a alteração do caput e do para a fim de melhoria de entendimento do texto. Texto ajustado ao modelo certificado</p>

6ª Alteração do PLANO COOPERATIVO DE PREVIDÊNCIA MAIS FUTURO

CNPB nº 2012.0018-74 – Modelo Certificado nº 2022.01

	garantidores do PLANO, cujos percentuais serão definidos anualmente no Plano de Custeio e aprovados pelo órgão estatutário competente do FUNDO MAIS FUTURO, observados os limites e critérios estabelecidos pelo órgão regulador e fiscalizador.	
§ 2º. É facultado o pagamento das despesas administrativas para Participante do PLANO MAIS FUTURO por Pessoa Jurídica Vinculada, desde que esta mantenha instrumento contratual específico com o FUNDO PARANÁ, celebrado entre as partes.	§ 3º. É facultado o pagamento de parte das despesas administrativas para Participante do PLANO por Pessoa Jurídica Vinculada, desde que esta mantenha instrumento contratual específico com o FUNDO MAIS FUTURO , celebrado entre as partes.	Alteração da Razão Social da Entidade e flexibilização do pagamento de despesas administrativas por Pessoa Jurídica Texto ajustado ao modelo certificado
§ 3º. O FUNDO PARANÁ deve divulgar a taxa destinada à cobertura da despesa administrativa que cabe aos Participantes Ativos, Vinculados, Suspensos, Assistidos, Beneficiários e eventualmente por Pessoa Jurídica Vinculada, seja no ato da inscrição deste ao PLANO MAIS FUTURO, seja em face das alterações no Plano de Custeio.	§ 4º Os percentuais da Taxa de Carregamento e da Taxa de Administração definidos anualmente pelo órgão estatutário competente do FUNDO MAIS FUTURO deverão ser amplamente divulgados aos Participantes, Assistidos e terceiros, por meio dos veículos usualmente utilizados pelo FUNDO MAIS FUTURO, notadamente por meios eletrônicos.	Parágrafo alterado a fim de melhoria de entendimento do texto. Texto ajustado ao modelo certificado
§ 4º. No caso dos Participantes Ativos, a taxa de custeio administrativo incidirá sobre a Contribuição Normal e Adicional, sendo deduzida desta.	Excluído	Exclusão de parágrafo devido a alteração do parágrafo 1º que já contempla o disposto neste. Texto ajustado ao modelo certificado
§ 5º. No caso dos Assistidos e dos Beneficiários, a taxa de custeio administrativo incidirá sobre o valor do benefício pago na forma prevista neste Regulamento, sendo deduzida deste.	Excluído	Exclusão de parágrafo devido a alteração do parágrafo 1º que já contempla o disposto neste. Texto ajustado ao modelo certificado

6ª Alteração do PLANO COOPERATIVO DE PREVIDÊNCIA MAIS FUTURO

CNPB nº 2012.0018-74 – Modelo Certificado nº 2022.01



<p>§ 6º. No caso dos Participantes Vinculados e Suspensos, a taxa do custeio administrativo será a mesma aplicada aos Participantes Ativos, e o seu valor será apurado, aplicando-a sobre uma Unidade Previdenciária (UP) vigente, observando-se os mesmos critérios de reajuste aplicados aos Participantes Ativos, cujo valor mensal resultante será deduzido mensalmente do seu Saldo de Conta.</p>	<p>Excluído</p>	<p>Parágrafo excluído devido já estar previsto nos parágrafos anteriores alterados. Texto ajustado ao modelo certificado</p>
<p>§ 7º. No caso das contribuições de Pessoa Jurídica Vinculada, a taxa de custeio administrativo incidirá sobre a Contribuição Normal e Adicional, sendo deduzida destas, conforme especificado em contrato.</p>	<p>§ 5º. No caso das contribuições de Pessoa Jurídica Vinculada, as taxas para custeio administrativo serão aplicadas conforme especificado em contrato.</p>	<p>Parágrafo alterado a fim de melhoria de entendimento do texto. Texto ajustado ao modelo certificado</p>
<p>§ 8º. A ASFUNPAR, na qualidade de Instituidora principal do PLANO COOPERATIVO DE PREVIDÊNCIA MAIS FUTURO, será responsável pelo custeio das despesas administrativas, de acordo com a necessidade orçamentária do PLANO MAIS FUTURO, complementando as contribuições dos Participantes, determinadas como fonte de custeio administrativo, enquanto o recolhimento efetuado pelos Participantes for insuficiente.</p>	<p>Excluído</p>	<p>Parágrafo excluído devido a alteração o caput já contemplar a contribuição de Instituidor. Texto ajustado ao modelo certificado</p>
	<p>§ 6º. Os recursos destinados ao custeio das despesas administrativas não são passíveis de restituição, a qualquer título.</p>	<p>Parágrafo inserido como melhoria a fim de elucidar a impossibilidade de resgate das contribuições administrativas. Texto ajustado ao modelo certificado</p>

6ª Alteração do PLANO COOPERATIVO DE PREVIDÊNCIA MAIS FUTURO

CNPB nº 2012.0018-74 – Modelo Certificado nº 2022.01



Art. 60. O PLANO MAIS FUTURO será avaliado atuarialmente, no mínimo uma vez por ano, por empresa ou por profissionais habilitados.	Art. 51. O PLANO será avaliado atuarialmente, no mínimo uma vez por ano, por empresa ou por profissionais habilitados.	Renumerado Texto ajustado ao modelo certificado
Parágrafo Único. Após os resultados da avaliação atuarial, o Plano de Custeio será submetido à aprovação do Conselho Deliberativo do FUNDO PARANÁ, nos termos do seu Estatuto, obedecidas as normas legais da autoridade governamental competente.	Parágrafo Único. Após os resultados da avaliação atuarial, o Plano de Custeio será submetido à aprovação pelo órgão estatutário competente da Entidade.	Parágrafo alterado a fim de melhoria de entendimento do texto. Texto ajustado ao modelo certificado
Art. 61. Qualquer benefício previsto neste Regulamento só poderá ser ampliado ou majorado mediante a correspondente receita de cobertura definida no Plano de Custeio.	Art. 52.	Renumerado
CAPÍTULO IX		
DA CONTA DO PARTICIPANTE, DA COTA DO PLANO E DOS PERFIS DE INVESTIMENTOS		
SEÇÃO I		
DA CONTA DO PARTICIPANTE		
Art. 62. Para cada Participante será mantida uma conta denominada de Saldo de Conta composto conforme definido no Artigo 65 deste Regulamento.	Art. 53. Para cada Participante será mantida uma conta denominada de Saldo de Conta composto conforme definido no Artigo 56 deste Regulamento.	Artigo renumerado e ajuste de remissão Texto ajustado ao modelo certificado
§ 1º. Os valores portados de outros Planos ficarão contabilizados na Subconta Portabilidade, que integrará o Saldo de Conta na concessão de benefício.		

6ª Alteração do PLANO COOPERATIVO DE PREVIDÊNCIA MAIS FUTURO

CNPB nº 2012.0018-74 – Modelo Certificado nº 2022.01

§ 2º. O Saldo de Conta será rentabilizado pela respectiva Cota Patrimonial, de acordo com o Perfil de Investimentos escolhido pelo Participante.		
§ 3º. O Saldo de Conta mantido em cotas é intransferível, em nome de seu titular, conforme constará no extrato demonstrativo a ser disponibilizado periodicamente.		
SEÇÃO II		
DA COTA DO PLANO		
Art. 63. A Cota Patrimonial corresponde a uma fração do patrimônio, com valor nominal da Cota Patrimonial inicial, válido para o mês de início da vigência do PLANO MAIS FUTURO igual a R\$ 1,00 (uma unidade monetária de real).	Art. 54. A Cota Patrimonial corresponde a uma fração do patrimônio, com valor nominal da Cota Patrimonial inicial, válido para o mês de início da vigência do PLANO igual a R\$ 1,00 (uma unidade monetária de real).	Renumerado Texto ajustado ao modelo certificado
§ 1º. A apuração do valor da Cota Patrimonial dar-se-á <u>mensalmente, na data do fechamento do balancete contábil</u> , com base na rentabilidade dos perfis de investimentos previstos no neste Regulamento.	§ 1º. A apuração do valor da Cota Patrimonial dar-se-á com base na rentabilidade dos perfis de investimentos previstos na Política de Investimentos deste PLANO.	Alteração do parágrafo objetivando flexibilizar a criação de mais perfis de acordo com a demanda do participante e com normatização dos perfis na política de investimentos, e ainda, com exclusão do termo “mensalmente” visando a implantação da cota diária Texto ajustado ao modelo certificado
§ 2º. A Cota Patrimonial vigente no mês corresponde àquela apurada no mês anterior.	§ 2º. A Cota Patrimonial do mês corresponde àquela apurada no último dia útil do mês anterior e a Cota Patrimonial diária corresponde àquela apurada no dia útil anterior, cujo tipo da cotização, mensal ou diária, será aprovado pelo órgão	Alteração do parágrafo visando em breve a implantação da cota diária Desta forma, enquanto não for implantada a cota diária mantém-se a sistemática operacional atual considerando a cota do mês e a implantação da diária será a partir da aprovação pelos membros estatutários.

6ª Alteração do PLANO COOPERATIVO DE PREVIDÊNCIA MAIS FUTURO

CNPB nº 2012.0018-74 – Modelo Certificado nº 2022.01



	estatutário competente do FUNDO MAIS FUTURO.	Texto ajustado ao modelo certificado
SEÇÃO III		
DOS PERFIS DE INVESTIMENTOS		
Art. 64. O Participante do PLANO MAIS FUTURO poderá, a seu exclusivo critério e responsabilidade, optar por um dos perfis de investimentos previamente definidas pelo Fundo Paraná, para a gestão do total dos recursos do Saldo de Conta.	Art. 55 . O Participante ou Assistido do PLANO poderá, a seu exclusivo critério e responsabilidade, optar por um dos perfis de investimentos previamente definidos pelo FUNDO MAIS FUTURO , para a gestão do total dos recursos do Saldo de Conta, de acordo com o disposto na Política de Investimentos.	Alteração da Razão Social da Entidade e ajuste do texto a fim de remeter a opção dos perfis à política de investimentos. Texto ajustado ao modelo certificado
§ 1º. A composição de cada Perfil de Investimento será definida na Política de Investimentos, aprovada pelo Conselho Deliberativo do Fundo Paraná, observados os limites estabelecidos pela legislação aplicável.	§ 1º. A composição de cada Perfil de Investimento será definida na Política de Investimentos, aprovada pelo Conselho Deliberativo do FUNDO MAIS FUTURO , observados os limites estabelecidos pela legislação aplicável.	Alteração da Razão Social da Entidade
§ 2º. Os recursos do Saldo de Conta Individual serão aplicados de acordo com a opção do Perfil de Investimentos escolhido pelo Participante, fixados na Política de Investimentos.		

6ª Alteração do PLANO COOPERATIVO DE PREVIDÊNCIA MAIS FUTURO

CNPB nº 2012.0018-74 – Modelo Certificado nº 2022.01

<p>§ 3º. A opção pelo perfil de investimentos será efetivada pelo Participante Ativo, Suspenso e Vinculado, a seu exclusivo critério e sob sua exclusiva responsabilidade, mediante assinatura dos formulários próprios disponibilizados pelo Fundo Paraná para tal finalidade, no momento da adesão, que conterão as condições inerentes ao perfil de investimento escolhido.</p>	<p>§ 3º. A opção pelo perfil de investimentos será efetivada pelo Participante ou Assistido, a seu exclusivo critério e sob sua exclusiva responsabilidade, mediante assinatura dos formulários próprios disponibilizados pelo FUNDO MAIS FUTURO para tal finalidade, no momento da adesão ou a qualquer tempo, de acordo com o disposto na Política de Investimentos, que contém as condições inerentes ao perfil de investimento escolhido.</p>	<p>Parágrafo alterado a fim de permitir que o Assistido também possa optar por perfil e ajuste do texto a fim de remeter a opção dos perfis à política de investimentos.</p> <p>Alteração da Razão Social da Entidade Texto ajustado ao modelo certificado</p>
<p>§ 4º. A não formalização da opção pelo Participante, referida no parágrafo anterior deste Artigo, implicará na automática autorização para que os recursos sejam investidos de acordo com o projeto estabelecido pelo Fundo Paraná, denominado de “Projeto Fases da Vida”, que conterá <u>3 (três)</u> Perfis de Investimentos de acordo com a faixa de idade.</p>	<p>§ 4º. A não formalização da opção pelo Participante, referida no parágrafo anterior deste Artigo, implicará na automática autorização para que os recursos sejam investidos de acordo com o projeto estabelecido pelo FUNDO MAIS FUTURO, denominado de “Projeto Fases da Vida”, que conterá Perfis de Investimentos definidos de acordo com as faixas de idade, conforme estabelecido na Política de Investimentos.</p>	<p>Alteração da Razão Social da Entidade</p> <p>Alteração do texto objetivando flexibilizar o nº de perfis de acordo com a demanda do participante e com normatização dos perfis na política de investimentos Texto ajustado ao modelo certificado</p>
<p>§ 5º. O “Projeto Fases da Vida” terá os recursos realocados nos perfis de investimentos a cada mudança de faixa de idade, da seguinte forma:</p>	<p>Excluído</p>	<p>Parágrafo excluído devido a alteração do parágrafo anterior – detalhamento será definido na política de investimentos Texto ajustado ao modelo certificado</p>
<p>I. Fase I, modalidade agressiva, para faixa etária de 18 até 39 anos de idade;</p>	<p>Excluído</p>	<p>Texto ajustado ao modelo certificado</p>
<p>II. Fase II, modalidade moderada, para faixa etária de 40 a 49 anos de idade; e</p>	<p>Excluído</p>	<p>Texto ajustado ao modelo certificado</p>
<p>III. Fase III, modalidade conservadora, para faixa etária a partir de 50 anos de idade.</p>	<p>Excluído</p>	<p>Texto ajustado ao modelo certificado</p>

6ª Alteração do PLANO COOPERATIVO DE PREVIDÊNCIA MAIS FUTURO

CNPB nº 2012.0018-74 – Modelo Certificado nº 2022.01



§ 6º. Os recursos dos Participantes abaixo de 18 anos de idade serão automaticamente alocados no perfil correspondente ao Inciso II, do parágrafo anterior.	Excluído	Idem justificativo do parágrafo anterior Texto ajustado ao modelo certificado
§ 7º. Os recursos dos Assistidos e Resgates totais Parcelados serão automaticamente alocados no perfil correspondente ao Inciso III, do parágrafo 5º deste Artigo.	Excluído	Idem justificativo do parágrafo anterior Texto ajustado ao modelo certificado
§ 8º. A realocação do patrimônio será feita no mês de janeiro do ano subsequente ao ano em se que completa a idade da outra faixa.	Excluído	Idem justificativo do parágrafo anterior Texto ajustado ao modelo certificado
§ 9º. A opção do participante poderá ser alterada uma vez por ano, de setembro a novembro, mediante formalização em requerimento próprio disponibilizado pelo Fundo Paraná, sendo que os recursos serão realocados no mês de janeiro do ano subsequente ao da solicitação.	Excluído	Idem justificativo do parágrafo anterior Texto ajustado ao modelo certificado
CAPÍTULO X		
DAS CONTAS FORMADORAS DOS RECURSOS GARANTIDORES		
Art. 65. Para o custeio e pagamento dos benefícios previstos neste Regulamento, os recursos garantidores serão apropriados no Saldo de Conta garantidor dos benefícios do Plano, convertidos pela Cota Patrimonial <u>do mês</u> correspondente, de acordo com o Perfil de Investimentos escolhido pelo Participante, na data efetiva do pagamento, formada:	Art. 56. Para o custeio e pagamento dos benefícios previstos neste Regulamento, os recursos garantidores serão apropriados no Saldo de Conta garantidor dos benefícios do PLANO , convertidos pela Cota Patrimonial correspondente, de acordo com o Perfil de Investimentos escolhido pelo Participante, na data efetiva do pagamento, formada:	Renumerado Alteração do parágrafo visando a implantação da cota diária Texto ajustado ao modelo certificado
I. Subconta formada por Contribuição Normal e Adicional do Participante;		

6ª Alteração do PLANO COOPERATIVO DE PREVIDÊNCIA MAIS FUTURO

CNPB nº 2012.0018-74 – Modelo Certificado nº 2022.01



II. Subconta formada por Contribuição Normal e Adicional de Pessoa Jurídica Vinculada que mantenha contrato específico com o FUNDO PARANÁ;	II. Subconta formada por Contribuição Normal e Adicional de Pessoa Jurídica Vinculada que mantenha contrato específico com o FUNDO MAIS FUTURO ;	Alteração da Razão Social da Entidade
III. Subconta formada por recursos Portados de outros Planos de Benefícios de Previdência Privada Complementar Aberta ou Sociedade Seguradora;		
IV. Subconta formada por recursos Portados de outros Planos de Benefícios de Previdência Privada Complementar Fechada.		
	V. Fundo de Reversão de Pessoa Jurídica formada com os recursos da Pessoa Jurídica Vinculada não resgatados pelo participante em virtude de desligamento, quando previsto em contrato específico, onde serão mantidos histórico e respectiva movimentação; e	Parágrafo inserido a fim de manter registro das contribuições não resgatadas pelos participantes em nome da Pessoa Jurídica, quando for o caso Texto ajustado ao modelo certificado
	VI. Fundo de Reversão por Morte participante ou beneficiários e inexistência de Beneficiário Indicado, Legal ou Herdeiro, formado pelo Saldo de Conta remanescente e, se não requerido no prazo de 5 (cinco) anos, poderá ser utilizado em benefício dos demais Participantes.	Parágrafo inserido a fim de prever o destino de saldo quando da inexistência de beneficiários ou herdeiros Texto ajustado ao modelo certificado

6ª Alteração do PLANO COOPERATIVO DE PREVIDÊNCIA MAIS FUTURO

CNPB nº 2012.0018-74 – Modelo Certificado nº 2022.01

<p>Art. 66. Os Saldos de Conta garantidores dos benefícios do Plano referidos no Artigo anterior, não são solidários com os outros Participantes, contudo terão seus recursos garantidores aplicados de forma coletiva de acordo com políticas de investimento adequadas às características de suas obrigações, objetivando a manutenção do necessário equilíbrio econômico-financeiro entre os seus ativos e o respectivo passivo atuarial ou financeiro.</p>	<p>Art. 57. Os Saldos de Conta garantidores dos benefícios do PLANO referidos no Artigo anterior, não são solidários com os outros Participantes, contudo terão seus recursos garantidores aplicados de forma coletiva de acordo com políticas de investimento adequadas às características de suas obrigações, objetivando a manutenção do necessário equilíbrio econômico-financeiro entre os seus ativos e o respectivo passivo atuarial ou financeiro.</p>	<p>Renumerado Texto ajustado ao modelo certificado</p>
<p>CAPÍTULO XI</p>		
<p>DAS DISPOSIÇÕES FINANCEIRAS</p>		
<p>Art. 67. As contribuições, dotações e demais receitas serão recolhidas em moeda corrente nacional, sendo o respectivo patrimônio investido de acordo com a política de investimentos dos recursos garantidores do PLANO MAIS FUTURO, definida pelo FUNDO PARANÁ e o disposto na legislação vigente.</p>	<p>Art. 58. As contribuições, dotações e demais receitas serão recolhidas em moeda corrente nacional, sendo o respectivo patrimônio investido de acordo com a política de investimentos dos recursos garantidores do PLANO, definida pelo FUNDO MAIS FUTURO e o disposto na legislação vigente.</p>	<p>Alteração da Razão Social da Entidade Texto ajustado ao modelo certificado</p>
<p>Art. 68. A Contribuição Normal e Adicional mensal do Participante Ativo e Vinculado deverá ser recolhida em data fixa, definida pelo Participante no momento de sua adesão ao Plano, conforme a seguinte escala:</p>	<p>Art. 59. A Contribuição Normal e Adicional mensal do Participante Ativo e Vinculado deverá ser recolhida em data fixa, definida pelo Participante no momento de sua adesão ao PLANO, conforme calendário estabelecido pela Entidade e disponibilizado aos Participantes, observando a data limite do último dia do mês.</p>	<p>Art. alterado objetivando melhoria para flexibilizar as datas de pagamento para melhoria do operacional Texto ajustado ao modelo certificado</p>

6ª Alteração do PLANO COOPERATIVO DE PREVIDÊNCIA MAIS FUTURO

CNPB nº 2012.0018-74 – Modelo Certificado nº 2022.01

I. Dia 05 (cinco) do mês de referência;	Excluído	Texto ajustado ao modelo certificado
II. Dia 10 (dez) do mês de referência;	Excluído	Texto ajustado ao modelo certificado
III. Dia 15 (quinze) do mês de referência;	Excluído	Texto ajustado ao modelo certificado
IV. Dia 20 (vinte) do mês de referência;	Excluído	Texto ajustado ao modelo certificado
V. Dia 25 (vinte e cinco) do mês de referência;	Excluído	Texto ajustado ao modelo certificado
§ 1º. A alteração da data de pagamento só poderá ser feita mediante solicitação por escrito 30 (trinta) dias antes do próximo vencimento.	§ 1º. A alteração da data de pagamento só poderá ser feita mediante solicitação formal 30 (trinta) dias antes do próximo vencimento.	Alterado devido a tendência de digitalização dos processos Texto ajustado ao modelo certificado
	§ 2º. Em caso de atraso no recolhimento, o Participante não estará sujeito à multa, porém a conversão do valor da contribuição em cotas se dará pelo valor da cota vigente na data do recebimento.	Parágrafo inserido em cumprimento de exigência legal Texto ajustado ao modelo certificado
CAPÍTULO XII		
DAS ALTERAÇÕES, DA RETIRADA E DA LIQUIDAÇÃO DO PLANO		
SEÇÃO I		
DAS ALTERAÇÕES		
Art. 69. Este Regulamento só poderá ser alterado por decisão do Conselho Deliberativo e com aprovação do órgão público competente.	Art. 60.	Renumerado
Art. 70. Nenhum benefício poderá ser criado, alterado ou estendido por este Plano sem que, em contrapartida, seja estabelecida a respectiva receita de cobertura total.	Art. 61. Nenhum benefício poderá ser criado, alterado ou estendido por este PLANO sem que, em contrapartida, seja estabelecida a respectiva receita de cobertura total.	Renumerado Texto ajustado ao modelo certificado

6ª Alteração do PLANO COOPERATIVO DE PREVIDÊNCIA MAIS FUTURO

CNPB nº 2012.0018-74 – Modelo Certificado nº 2022.01

Art. 71. Os benefícios previstos neste Regulamento poderão ser modificados a qualquer tempo, ressalvados os direitos já adquiridos até a data da alteração, e aprovados pela autoridade competente.	Art. 62. Os benefícios previstos neste Regulamento poderão ser modificados a qualquer tempo, ressalvados os direitos acumulados até a data da alteração, e aprovados pela autoridade competente	Melhoria Texto ajustado ao modelo certificado
SEÇÃO II	Excluído	Texto ajustado ao modelo certificado
DA RETIRADA E DA LIQUIDAÇÃO	Excluído	Texto remetido à Legislação específica Texto ajustado ao modelo certificado
Art. 72. A retirada do Instituidor ou liquidação e extinção do PLANO MAIS FUTURO dar-se-á na forma estabelecida no Convênio de Adesão e na legislação vigente aplicável.	Excluído	Texto remetido à Legislação específica Texto ajustado ao modelo certificado
CAPÍTULO XIII		
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS		
Art. 73. Qualquer benefício concedido a Participante ou Beneficiário será determinado de acordo com as disposições do Regulamento em vigor, ressalvados os direitos adquiridos do Participante e seus Beneficiários.	Art. 63.	Renumerado
Art. 74. Verificado erro no valor de pagamento de benefício, o FUNDO PARANÁ fará a devida revisão, pagando ou reavendo o que lhe couber, podendo, no último caso, reter, em prestações subsequentes, no máximo 30% (trinta por cento) do valor mensal do benefício devido, até completar a compensação.	Art. 64. Verificado erro no valor de pagamento de benefício, o FUNDO MAIS FUTURO fará a devida revisão, pagando ou reavendo o que lhe couber, podendo, no último caso, reter, em prestações subsequentes, no máximo 30% (trinta por cento) do valor mensal do benefício devido, até completar a compensação.	Alteração da Razão Social da Entidade

6ª Alteração do PLANO COOPERATIVO DE PREVIDÊNCIA MAIS FUTURO

CNPB nº 2012.0018-74 – Modelo Certificado nº 2022.01



Art. 75. Os benefícios serão pagos pelo FUNDO PARANÁ através de crédito em conta corrente, mediante acordo de compensação de contas.	Art. 65. Os recursos deste PLANO serão pagos pelo FUNDO MAIS FUTURO através de crédito em conta de titularidade do Participante, Assistido ou Beneficiário.	Alteração da Razão Social da Entidade melhoria de texto Texto ajustado ao modelo certificado
Art. 76. Nenhum benefício ou direito a benefício poderá ser transferido, cedido, penhorado ou dado em garantia.	Art. 66.	Renumerado
Art. 77. Sem prejuízo do benefício, prescreve em 05 (cinco) anos o direito às prestações não pagas nem reclamadas na época própria, resguardados os direitos dos menores dependentes, dos incapazes ou dos ausentes, na forma do Código Civil.	Art. 67.	Renumerado
Art. 78. Ao Participante será entregue, no ato de sua inscrição, cópia do Regulamento e material explicativo que descreva, em linguagem simples e precisa, as características do Plano.	Art. 68. Ao Participante será entregue, no ato de sua inscrição, cópia do Regulamento e material explicativo que descreva, em linguagem simples e precisa, as características do PLANO.	Renumerado Texto ajustado ao modelo certificado
Art. 79. O FUNDO PARANÁ fornecerá, anualmente, a cada Participante ou Beneficiário, extrato registrando as movimentações financeiras ocorridas no período e o Saldo de Conta do Participante.	Art.69. O FUNDO MAIS FUTURO fornecerá, anualmente, a cada Participante ou Beneficiário, extrato registrando as movimentações financeiras ocorridas no período e o Saldo de Conta do Participante.	Alteração da Razão Social da Entidade

6ª Alteração do PLANO COOPERATIVO DE PREVIDÊNCIA MAIS FUTURO

CNPB nº 2012.0018-74 – Modelo Certificado nº 2022.01

Art. 80. Os casos omissos e as dúvidas suscitadas na aplicação deste Regulamento serão resolvidos pelo Conselho Deliberativo do FUNDO PARANÁ, observada a legislação vigente, em especial a legislação que rege as Entidades Fechadas de Previdência Complementar, bem como os princípios gerais de direito.	Art. 70 . Os casos omissos e as dúvidas suscitadas na aplicação deste Regulamento serão resolvidos pelo Conselho Deliberativo do FUNDO MAIS FUTURO , observada a legislação vigente, em especial a legislação que rege as Entidades Fechadas de Previdência Complementar, bem como os princípios gerais de direito.	Alteração da Razão Social da Entidade
CAPÍTULO XIV		
DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS		
Art. 81. Este Regulamento entrará em vigor na data da publicação do ato oficial do órgão público competente que o aprovar.	Art. 71 . Este Regulamento entrará em vigor na data da publicação do ato oficial do órgão público competente que o aprovar.	Renumerado